

Revolução

Libertação de Otelo:
derrota para a burguesia

ATENÇÃO

TRABALHADORES

ABRIU

A CAÇA AO VOTO



Angariador de votos preparando-se
afanosamente para entrar
em cena no primeiro dia de campanha

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

"DE PEQUENAS LUTAS SE FAZEM AS GRANDES VITÓRIAS"

CAMARADAS:
O povo do norte não é reaccionário — e nunca é demais afirmá-lo — e isso prova que também ele se organiza, também ele diz não à subida do custo de vida, à violência da direita e também ele já se apercebe do carácter «democrático» e «pluralista» do actual governo.

Porém, é certo que a falta de esclarecimento e de apoio, levam ao seu aproveitamento, pelos caciques e demais laiaos da burguesia.

Um exemplo disso, foi o que se passou à cerca de tres semanas em Sever do Vouga, em que mais uma vez bandos de fascistas tentaram confundir e aproveitar-se do povo da vila, para atingir os seus fins.

A essa altura foram espalhados por toda a vila grande quantidade de panfletos «anónimos», dirigidos à população, sob o título «corramos com os comunistas da nossa terra».

Apelava-se para a concentração do povo, na quarta-feira seguinte, para desse modo se processar a diversos «saneamentos» do banco, da camara municipal e comissão liquidatária.

O sinal de começo seria um foguete, que provaria que os «anónimos» (que já são de nós sobejamente conhecidos) estariam solidários com os aderentes àquela realização.

Nesse dia, haveria uma pequena concentração com algumas dúzias de pessoas, que apesar de reduzidas, eram na maioria apenas curiosos, e o tão famoso foguete, não se fez ouvir.

Era esta já a segunda vez que a reacção organizada de ELP's e MDLP's tentavam lançar mão a mais uma campanha anti-comunista em Sever do Vouga.

Como o não conseguissem, actuam agora em Aveiro. É este o tom do comunicado difundido por toda a cidade por «mãos invisíveis» desses cobardes fascistas que apesar de terem as costas quentes, ainda tem vergonha de mostrar a cara e de assinarem os panfletos que espalham de noite, como quem tem medo que a força da razão os vença.

Sabemos que isto não partiu de alunos dessa escola. Vemos que não se pretende aqui atacar só pessoas progressis-

tas, como vemos que o que está em causa é o mesmo tipo de ensino, a que chama de lavagens ao cérebro, são os novos programas, é todo o trabalho que os estudantes dessa escola, e a nível nacional, nas escolas do Magistério Primário, estão a fazer por uma escola nova, ao serviço dos explorados, ao serviço do povo.

A quem convém que isto não aconteça?

A quem convém voltar atrás, aos programas antigos, onde então, sim, se poderia falar de autenticas lavagens ao cérebro?

A estas perguntas não é preciso darmos aqui as respostas. Essa gente só tem um nome e 48 anos já foram suficientes para o provar ao povo português.

É certo que sabemos que todas estas manobras não aparecem por acaso, que tudo isto vem na sequencia de uma campanha anti-comunista a nível nacional em que em nome da democracia fazem ataques às cooperativas, buscas a fábricas, prisões, atentados de populares que reclamam a libertação de revolucionários pre-

sos. Se há quem faça tudo isto em nome da democracia porque nos havemos de admirar que panfletos como aqueles se reclamem de «um grupo de anti-fascistas anti-sociais-fascistas»?

Os alunos do Magistério Primário de Aveiro já tomaram a sua posição.

Lanço porém, aqui, um alerta a todos os camaradas, a todo o povo portu-

gues, pra manobras como estas que visam a divisão de todos aqueles que estão empenhados na revolução socialista, na construção duma sociedade nova, para melhor os vencer. Esmaguemos pequenas ocorrências como estas, porque é de pequenas lutas que se fazem as grandes vitórias.

Saudações Revolucionárias.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670
DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, nº 33
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, nº 66
ARGEIA — Tel. 92169

COVILHÃ — Rua Visconde da Coriscada, nº 60 — Tel. 25542
CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, nº 142

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, nº 40
ALGÉS — Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 — Algés de Cima Tel. 2100337
PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro, nº 16-17 Tel. 2512807
AMADORA — Rua — Gonçalves Ramos, nº 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)
BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, nº 31 Tel. 2976745
LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, nº 12

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, nº 10 Tel. 2763267 / 2763397 / 2763122
QUINTA DA LOMBA — Praça Francisco Xavier
SINES — Rua Marques de Pombal, nº 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, nº 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculano, nº 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Dr. Candido Guerreiro, 35 Tel. 24107
LOULÉ — Av. José da Costa Meilha, nº 39-1.º Tel. 83043
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17

OLHÃO — Rua 18 de Junho, nº 64-B-C
FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral 90\$00
180\$00

Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal 300\$00
Anual 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

O PRP AS ELEIÇÕES DA BURGUESIA E A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA



1. Realizou-se ontem um importante plenário nacional de responsáveis do Partido, representando direcções regionais, direcções de zona e direcções de sectores nacionais que se debruçou sobre a actual situação política, o período eleitoral que se avizinha e as tarefas imediatas que se colocam aos militantes revolucionários, às classes trabalhadoras e às forças progressistas.

O problema das eleições constituiu o ponto central da discussão havida. Elas foram situadas no actual contexto da luta de classes, no sentir profundo das massas trabalha-

doras e integradas na estratégia geral da burguesia, que neste momento adopta várias tácticas, de entre as quais se destacam a eleitoral e a terrorista.

2. No 25 de Novembro a direita ainda não dispunha de força suficiente (exército, polícias, aparelhos ideológicos) para implantar o fascismo, única forma que lhe permitiria recuperar o perdido e reconstruir a ordem burguesa. As várias tácticas convergentes (entre elas a eleitoral) que utiliza, vão no sentido de criar as condições dessa nova ordem, ou seja, do fascismo.

Qual a táctica justa a adoptar pelos revolucionários, que contrarie seriamente os desígnios da burguesia?

O PRP reflectindo profundamente a situação através das várias instâncias do Partido, chegou, ontem, às seguintes conclusões no plenário de responsáveis:

a) O PRP não se candidata, nem mesmo numa Frente, às eleições legislativas;

2) A campanha do PRP será no sentido da desmistificação das eleições burguesas e do desenvolvimento da unidade dos trabalhadores em torno de uma alternativa revolucionária;

3 Face às eleições presidenciais, e atendendo ao contexto especial em que poderão ter lugar, defenderá uma Frente de apoio a um Programa que tenha por base o Documento do Copcon e a um candidato militar que se identifique com essa linha de defesa do Poder Popular;

3. As tarefas actuais colocadas

pelo PRP neste momento são as que contrariam os esforços de recuperação da burguesia e as que levam à unidade dos trabalhadores e ao reforço das suas estruturas democráticas (conselhos revolucionários, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, cooperativas), nomeadamente através da luta contra a desocupação de casas, terras e fábricas, da luta contra a repressão, da luta contra a informação burguesa e reacção, da luta pela ligação cidade-campo, da luta contra o aumento do custo de vida e pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores. São estas tarefas centrais da hora presente na luta pela Revolução Socialista e pela Ditadura do Proletariado.

VIVA O PROLETARIADO EM LUTA
VIVA O COMUNISMO

SECRETARIADO DO PLENÁRIO
Lisboa, 29/2/76

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS Os candidatos da direita

Muito se tem falado nos últimos dias sobre as personalidades militares que a direita deverá apresentar nas eleições para Presidente da República, as quais se tudo correr conforme está previsto, deverão realizar-se no próximo dia 27 de Junho

Após a imprensa burguesa ter dado quase como certa a candidatura de Pinheiro de Azevedo (que seria apoiado pelo PS/PPD) e de Galvão de Melo (apoiado pelo CDS), temos assistido nas duas últimas semanas a uma crescente campanha pré-eleitoral que visa apresentar Ramalho Eanes como Presidente da República desejado (pela burguesia) e capaz de salvar o País

A candidatura de Eanes, que poderia contar também com o apoio do CDS (Galvão de Melo admitiu já a sua não candidatura no caso do actual CEME o fazer), representaria, pois, a união de todas as camadas da burguesia e, principalmente no caso (provável) de ser proposta oficialmente pelo CR, colocaria a direcção do PC numa situação difícil

Com efeito, se se admite que a candidatura de Pinheiro de Azevedo pudesse ser apoiada pela direcção do PCP outro tanto não se diz, pelo menos à primeira vista, sobre a candidatura de Ramalho Eanes. A não ser que a di-

primeira vista, sobre a candidatura de Ramalho Eanes. A não ser que a direcção do PCP apoie o homem que a direita tem claramente promovido a seu candidato...

O próprio Eanes, de resto admite já a hipótese de se candidatar Ouça-mo-lo:

«A minha posição acerca desse ponto é inalterável: não conto candidatar-me à Presidência da República. Só aceitaria em circunstâncias extraordinárias e não creio que neste País e neste momento as circunstâncias sejam desse tipo»

Estas declarações, que foram feitas após a sua visita à NATO, traduzem já uma curiosa e significativa cedência em relação à negativa incondicional feita à hora de partida. Agora Eanes já admite aceitar «em circunstâncias extraordinárias» o que, para a burguesia, poderiam ser as condições políticas do nosso país aquando da campanha eleitoral...

Por outro lado, talvez o(s) próprio(s) adversários constituam as «circunstâncias extraordinárias» que neste momento Eanes entende não existirem.

A POSIÇÃO DO P P D

Ao regressar da Dinamarca e Holanda, Sá Carneiro comentou deste modo a posição de Eanes:



«Parece-me que a posição do sr general Ramalho Eanes é inteiramente justificada porque pôs a questão muito bem. Estamos todos conscientes, mesmo os não militares, de que a substituição do general Eanes na chefia do Estado-Maior do Exército traria grandes problemas. No entanto ele não exclui em absoluto a hipótese da Presidência da República e assim é que me parece bem»

Evidentemente que há outros nomes muito a considerar, um dos quais tem sido pouco mencionado, mas que me parece muito considerado. Trata-se do sr brigadeiro Pires Veloso, e outro ainda, que já tem sido falado, o sr general Silva Cardoso. Portanto, há muitos nomes a considerar e suponho que se poderá evitar dificuldades, tanto quanto à chefia do Estado-Maior do Exército, como para a Presidência da República»

Por outro lado, no Editorial do diário fascista «O Comércio do Porto» do passado domingo pode ler-se:

«Começam a ganhar vulto entre forças políticas civis com vista à candidatura à Presidência os nomes do general Silva Cardoso e do brigadeiro Pires Veloso»

E O CANDIDATO DO PCP?

No meio de tudo isto, a direcção do PC tem-se mantido prudentemente calada, até porque talvez nem saiba bem o que fazer

Se bem que diversos meios políticos tenham aventado a hipótese do PC vir a apoiar uma candidatura de Costa Gomes, a verdade é que uma atitude desta natureza acarretaria grande insatisfação nas bases do PC

Sendo assim, parece legítimo admitir que a direcção do PC se encontra perante um problema de difícil solução, isto é, está entre dois fogos: de um lado a pressão da sua base operária que se mostra relutante no apoio a uma possível candidatura de Costa Gomes (e, por maioria de razão de Pinheiro de Azevedo ou de Ramalho Eanes); do outro lado está a tendência que o poder burguês exerce sobre a direcção do PC, no sentido de este se transformar num clássico partido burguês, como é o caso do PCF e do PCI. De acordo com esta tendência, a direcção do PC não poderia recusar o candidato proposto oficialmente pelo CR, seja ele Pinheiro de Azevedo, Ramalho Eanes, ou qualquer outro reacçãoário

VASCO LOURENÇO

A IMPOSSIBILIDADE DA PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRATA

Vasco Lourenço de visita a diversas unidades sob o seu comando tem feito discursos aos soldados.

Vasco Lourenço um homem dos «nove» cujo lugar de comandante da Região Militar de Lisboa conseguiu à custa de conflitos e polémicas provocando o descontentamento quase generalizado nesta Região Militar (lembramos a contestação feita pelos operacionais, juntamente com o apoio ao general Otelo).

Enquanto antes do 25 de Novembro se viu a fazer declarações claramente direitistas, aquando da possível substituição no comando da R. M. L. de Otelo Saraiva de Carvalho o brigadeiro Vasco Lourenço afirma agora que «(...) 48 anos de fascismo não se aguentavam se Portugal fosse efectivamente um país só de democratas...» e que «(...) há muita boa mentalidade e hábitos fascistas oportunisticamente disfaçados de democratas e

de esquerdistas...»

São claras as dificuldades com que Vasco Lourenço se bate pois a «limpeza» de militares progressistas feita no 25 de Novembro começa a produzir desastrosos efeitos. Quem permanece nas unidades militares são oficiais direitistas e conservadores, na maior percentagem.

Os milicianos que viveram nos quartéis o 25 de Abril e todas as fases do processo revolucionário foram em grande parte compulsivamente passados à disponibilidade. As organizações democráticas nos quartéis de soldados foram desarticuladas por directiva superior.

É toda a ligação entre os quartéis e os trabalhadores que aqui se perde. São os oficiais do quadro que viveram o fascismo e a guerra colonial e tres ou quatro mobilizações às colónias, que permanecem nos quartéis.

Qual é a via socialista do sr. Vasco

Lourenço?

Conter os oficiais reaccionários e conservadores dentro dos ideais democráticos, voltando ao espírito do 25 de Abril?

Não estará o Spínola nesse espírito?

Como quer o brigadeiro Vasco Lourenço um Exército que sirva os interesses dos trabalhadores se procura um Exército desligado deles? Se procura

um exército com profissionais, com cada vez menos elementos da classe trabalhadora.

Se o sr. Vasco Lourenço ficou satisfeito com a saída dos «operacionais» do Copcon que perturbaram a sua perspectiva social-democrata para o Exército também ficará com a saída dos reaccionários do 28 de Setembro e do 11 de Março e sua reintegração nos quartéis?

EM RESPOSTA A V. LOURENÇO

A P. M. esteve ao lado do povo

O texto que aqui publicamos é escrito por um camarada que, até ao golpe reaccionário do 25 de Novembro, furiel-miliciano no Regimento da Polícia Militar.

Em princípio não quero deixar de justificar o meu atrevimento em escrever pela primeira vez para um jornal e, em si concretamente para o «Revolução».

Há momentos em que fica perturbado e embrutecido com factos que se vão passando por este País. E, é exactamente por isso que nem quero nem posso deixar de alertar o povo português para um desses factos.

Escrevo para o «Revolução», pois, tendo lido alguns semanários verifiquei e continuo a verificar que o único jornal que poderá narrar comentários sinceros para elucidar o povo português, sem medo, que as forças da burguesia exerçam qualquer repressão.

Quero justificar também que embora fosse meu desejo colocar com todas as letras o meu nome não é vantajoso pois seria mais um elemento que iria alimentar a fúria da burguesia. Por, isso, digo somente que sou um ex-furiel miliciano do ex-Regimento da ex-Polícia Militar.

Posto este necessário prólogo vamos ao facto:

Vasco Lourenço, chefe da Região Militar de Lisboa visitou no dia 24-2-76, o Regimento de Polícia Militar chamado agora indevidamente de Regimento de Lanceiros de Lisboa. Não tardou muito tempo com o seu discurso a atacar de alto a baixo o RPM. Não parou de vociferar frases incabidas e calúnias asquerosas contra os militares do nosso RPM. Dizer que elementos da PM tinham apoiado uma comissão de moradores na desoluição de uma casa desalojando 2 velhos de mais de 65 anos, é pura fantasia! Dizer que elemtnos da PM tinham rasgado um processo ao juiz de um tribunal

é explorar o Povo português para odiar a PM! Mas quem melhor do que o Povo sabe o que foi para o RPM? Sim, as portas estavam abertas de «par em par» para receber os explorados, pois nós, como filhos do povo que somos, não nos podemos ocultar das nossas próprias necessidades. Dizer que se gastaram mais de 700 contos com o arranjo de armários e mais



utilitários que os militares do RPM tinham destruído, é falso! É falso sim, pois quando do ataque dos «Comandos» ao RPM foram eles próprios que arrombaram quase todos os armários e partiram vários utensílios tão grande era a fúria e a sede de pilhar! Repare-se na enorme quantidade de material que os «comandos» do fascista Jaime Neves pilharam aos soldados do RPM! Sim, povo português, para os «Comandos» isto é que é democracia!

Admira-me não ter falado o «sr. brigadeiro» no dinheiro que se paga mensalmente aos mercenários da agora Polícia do Exército (ex-PM)! É que 150 mercenários a uma média de 7 contos por mês ultrapassa de longe o dinheiro dispendido nos armários!

Continua na pág. 19

COMUNICADO DOS S.U.V.

Transcrevemos em seguida, extractos de um comunicado distribuído no Regimento de Artilharia de Costa (RAC) em Oeiras, quando da visita do comandante da RML, brigadeiro Vasco Lourenço:

Não podemos deixar de levantar algumas questões que de antemão, queremos contrapor à democracia que o brigadeiro já nos habituou.

Aos camaradas do RIS (Setúbal) o brigadeiro Lourenço deu a entender que o aumento do pré para 800\$00 que o «generoso» Governo da burguesia, teve a caridade de nos conceder, transformará o nosso «pré-de-miséria» num óptimo vencimento afirmando logo a seguir que para «alguns» (os esquerdistas) o aumento não seria suficiente.

Pois não é sr. brigadeiro porque nós soldados somos seres humanos, como os srs. oficiais-generais que auferem de ordenados chorudos e como tal temos despesas de sobrevivência, assim como o tem as nossas famílias que, e isso o sr. brigadeiro esqueceu-se de dizer, aumentaram brutalmente com as recentes medidas de austeridade, para os explorados que o seu Estado teve a caridade de nos impor.

No dia 25 de Novembro quando o sr. brigadeiro foi cúmplice do golpe de direita que se abateu sobre todos nós trabalhadores não reparou que era à reacção fascista que se aliava para reprimir as nossas organizações

de classe (comissões de soldados) acabar com toda a democracia dentro dos quartéis e prender aqueles militares que na prática tinham estado sempre ao lado dos trabalhadores.

Mais recentemente e quando da sua visita à Escola Prática de Transmissões Vasco Lourenço fez bela retórica à volta da questão do «partidarismo» nas Forças Armadas e da necessidade de nós militares não nos deixarmos arrastar pelas lutas partidárias que de certo estalarão com grande força no período pré-eleitoral. Tudo muito bonito sr. brigadeiro! Mas acontece que nós sabemos bem o que o sr. quer dizer com isso de militares «puros» e apatidários — quer dizer militares apolíticos! A carne para canhão pronta a obedecer sem discussão aos senhores oficiais «apatidários» do PS, PPD ou CDS que sabem sempre melhor do que nós «como defender a sua democracia» — a ditadura dos patrões e seus lacaios. Nós somos contra o sectarismo divisionista que os partidos burgueses impõem à nossa classe. Somos pela união dos explorados em órgãos democraticamente eleitos e revogáveis a todo o momento — comissões de soldados, comissões de trabalhadores e de moradores, etc. É o apatidarismo destes órgãos autónomos em relação à burguesia e que representam a verdadeira democracia — a democracia dos explorados em luta contra os exploradores — que nós defendemos e pela qual lutamos.

MORAIS DA SILVA

PORQUÊ A CRÍTICA A COSTA GOMES?

Nos primeiros dias desta semana, os jornais diários trouxeram a público importantes declarações de Morais da Silva (chefe do Estado-Maior da Força Aérea) e de Pinheiro de Azevedo.

Se bem que haja uma certa coincidência nas declarações destes dois militares — ambos condenam nos mesmos termos a indicação de um candidato pelas Forças Armadas à Presidência da República: «paternalismo dos militares sobre os civis» e montagem «de difíceis mecanismos que iriam mais uma vez, provocar um total divisionismo no seio das Forças Armadas» — vamos analisar em traços gerais os pontos mais salientes de cada um dos textos.

Assim, Morais da Silva aproveitou o juramento de bandeira da passada sexta-feira, na Ota, para criticar simultaneamente Costa Gomes e Melo Antunes.

A posição expressa pelo actual chefe de Estado-Maior da Força Aérea é de tal modo importante que o editorial do «Diário de Lisboa» da passada quarta-feira afirmava existir «uma grave atitude de ruptura no complexo político-militar, cujo equilíbrio político bem sabíamos ser precário».

Após criticar o reconhecimento da República Popular de Angola, Morais da Silva referiu-se nestes termos a Costa Gomes:

«Tenho sim o dever, como militar, de acatar as decisões dos meus superiores hierárquicos, mas com elas não sou obrigado a solidarizar-me».

Mais adiante, após criticar os militares presos na sequência do golpe reaccionário do 25 de Novembro, Morais da Silva volta a demarcar-se deste modo do PR:

«A responsabilidade não é apenas destes militares. São igualmente responsáveis os que, numa posição de cómoda expectativa a tudo assistiram sem reagir, deixando isolados, numa luta quase desigual, um grupo de camaradas que a tudo resistiram (...)».

Há muito tempo que se sabia que a direita militar estava em guerra aberta com o «grupo dos nove» (ou o que dele resta, e que é personalizado em Melo Antunes), e eram também conhecidas as distâncias mantidas para com o próprio Presidente da República.

O que há de novo nesta atitude é o facto de, pela voz do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, a direita militar ter a iniciativa de desencadear um violento ataque a Costa Gomes e a Melo Antunes.

Significativamente, e como não podia deixar de ser, Galvão de Melo elogiou as palavras de Morais da Silva...

Decididamente, é agora a vez de a direita militar contestar a social-democracia.

NOVO GOLPE DA DIREITA?

Por outro lado, Morais da Silva afirmou também que «as forças que se opõem a um regime democrático não têm a intenção de aguardar calmamente a sua derrota eleitoral. Alguma manobra desesperada, tendente a anular ou até adiar o acto eleitoral, poderá estar a ser preparada, pelo que muito atentos devemos estar face a esta eventualidade».

Resumindo: Morais da Silva admite que o PC esteja a preparar um golpe para «anular ou até adiar o acto eleitoral».

No entanto, ao alertar a opinião pública para um suposto golpe do PC, não estará este elemento da direita militar a preparar o clima para um golpe da direita que, de uma vez para sempre, ultrapasse o PC, Costa Gomes e o «grupo dos nove»?

DEMOCRACIA É A META A ATINGIR

Para além de confirmar (se necessário ainda fosse) a sua viragem cada vez mais à direita, a entrevista de Pinheiro de Azevedo a «A Capital» tem a particularidade de afirmar aquilo que já todos sabíamos: o actual Poder já não pretende atingir o socialismo (mesmo no sentido reformista em que

utilizavam o termo) mas tão-somente a democracia...

Por isto se explica que os últimos discursos não incluíam o termo «socialismo», como é o caso do tão falado pacto assinado entre os partidos e o MFA (mas qual MFA?).

Finalmente e após fazer a sua profissão de fé nas empresas privadas e condenar os militares que «terão que ser severamente punidos, não pelas suas ideias políticas mas sim pelos seus crimes», Pinheiro de Azevedo mostra bem a sua face autenticamente anticomunista, ao afirmar:

«Para Portugal sou contra todas as formas de organização totalitária, sejam de tipo fascista sejam de tipo comunista».

Que nos lembremos, estas teses são também defendidas pelo CDS...

PACTO

De derrota em derrota...

Celebrado pelos partidos de direita como um passo de importância assinalável para a consolidação da democracia, o novo Pacto MFA-Partidos mais não é senão um conjunto de disposições que regulam o funcionamento supostamente transitório do nosso país para um regime de democracia burguesa estabilizada.

De facto, o Pacto parte do princípio que há condições para que uma democracia burguesa se estabeleça entre nós, e surja, como é evidente, na sequência do avanço que a direita civil e militar tem realizado após o golpe reaccionário do 25 de Novembro.

As disposições contidas no Pacto consagram a existência, durante quatro anos de um regime presidencialista, isto é, um regime em que o Presidente da República detém uma significativa parcela do Poder Executivo. Assim, o PR preside ao CR, ocupa o lugar de CEMGFA, declara o estado de sítio ou de emergência, nomeia e exonera o Primeiro-Ministro e tem poderes para dissolver a Assembleia Legislativa.

No entanto, o significado do Pacto não está tanto nos poderes conferidos ao futuro PR mas na clara e evidente subalternização do MFA. Significativamente, nem uma palavra é dita sobre o funcionamento da Assembleia do MFA (a qual não funciona desde o prenunciamento de Tancos) ou sobre as Assembleias paralelas dos três ramos das Forças Armadas.

Isto significa que os chefes das F. A. não querem nada que possa sugerir discussão interna e funcionamento reformista. De facto, os actuais chefes militares já nem sequer podem tolerar o esquema reformista em que trabalhava a Assembleia do MFA. E quanto à presença de soldados (mesmo que escassos) em assembleias dos senhores oficiais o melhor é nem pensar nisso, não vá o diabo tece-las...

Analogamente, a expressão «socialismo» já nem sequer está incluída no texto do pacto tendo, a este propósito, a linha de Melo Antunes sofrido uma (mais uma!) derrota, na medida em que foi obrigado a retirar

o preambulo apresentado e no qual se afirmava «a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo».

Esta expressão, que é transcrita da base de Lei Constitucional das F. A., já nem sequer é hoje permitida pelos partidos fascistas que assinaram o Pacto, de tal forma lhes é favorável a relação de forças.

Octávio Pato afirmou a este respeito que «a introdução foi retirada porque há partidos que já não querem ouvir falar do 25 de Abril». E acrescentou: «Tal como no primeiro Pacto, alguns partidos vão assinar este segundo Pacto contrariados».



UM MORTO EM SETÚBAL

As «forças da ordem» continuam a reprimir o povo. Em Setúbal, cidadãos que brincavam ao Carnaval são acusados de provocar a PSP... Qualquer pretexto serve e, desta vez, também a Guarda Fiscal fez o dedo ao gatilho, o que motivou que a população lhe queimasse um «jeep». Balanço dos tiros «atirados para o ar»: morte do pescador José Eduardo dos Santos.

O PRP E AS ELEIÇÕES

Ao decidir não se candidatar «nem mesmo numa frente às eleições legislativas» e, «face às eleições presidenciais, e atendendo ao contexto em que poderão ter lugar», apoiar uma «frente de apoio a um programa que tenha por base o Documento do Copcon e a um candidato militar que se identifique com essa linha de defesa do poder popular», o Plenário de Responsáveis do PRP tomou uma importante decisão sobre a qual há que reflectir profunda e atentamente.

Para o PRP, e para qualquer organização que se pretenda revolucionária, a questão das eleições é um problema estritamente tático que em nada interfere com questões de princípio e que, portanto, não põe em causa, por um milímetro que seja, a estratégia do PRP — tomada violenta do Poder pelos trabalhadores e posterior exercício da Ditadura do Proletariado.

Deste modo, e por saber que as eleições burguesas não mudam em nada o aparelho de Estado, o PRP rejeita categoricamente as posições social-democratas e revisionistas que defendem a construção do socialismo pela via pacífica, pluralista e eleitoral.

Por outro lado, é na resolução tática das diversas questões concretas que um partido se mostra revolucionário e se assume como consciência organizada das massas trabalhadoras.

Uma vez feita esta necessária distinção entre questões táticas e estratégicas, analisemos concretamente a posição do PRP face às eleições Legislativas e Presidenciais, as quais deverão ter lugar respectivamente em 25 de Abril e 27 de Junho.

A TÁCTICA ELEITORAL NA ESTRATÉGIA DA TOMADA DO PODER

PORQUE NÃO VAMOS ÀS LEGISLATIVAS

À partida, as eleições aparecem, pois, como um período único que vai até às presidenciais, e durante o qual os partidos burgueses se vão mobilizar totalmente na esperança de alcançarem o maior número de lugares no Parlamento e eleger o seu candidato (defensor dos seus interesses de classe) para a Presidência da República.

Não sendo o problema das eleições uma questão de fundo para o PRP, nem por isso ela deixou de ser atentamente discutida por todo o Partido.

As posições que, a priori, se nos deparavam eram as seguintes:

a) Participar enquanto PRP

Como é facilmente compreensível, tratava-se apenas de uma hipótese teórica, na medida em que o PRP não está disposto a entregar ao actual poder uma lista com 500 nomes.

b) Participar numa frente

A hipótese de participação numa frente eleitoral com o MES e FSP (uma vez manifestada pela UDP a intenção de se apresentar isoladamente) foi objecto de séria discussão em todo o Partido e, finalmente, no Plenário de Responsáveis.

O simples facto do PRP ter admitido a hipótese de participar numa frente eleitoral, desde que subordinada às condições abaixo indicadas, mostra bem que não somos um Partido «esquerdistas» que, por uma questão de princípio, se recusa a participar nas eleições.

De facto, a circunstancia de no ano passado o PRP não ter tomado parte nas eleições não obrigava a que, este ano, a posição tivesse que ser necessariamente a mesma. A assim ser negaríamos a dialéctica marxista e seríamos incapazes de fazer a análise concreta da situação concreta.

É que, a este respeito, muita coisa mudou desde há um ano: não só a relação de forças político-militar é totalmente distinta, como também o PRP é uma organização que tem sofrido um forte crescimento.

Simplesmente, a eventual participação numa frente com o MES e a FSP implicava o cumprimento dos seguintes pontos:

— Acordos que, estabelecidos à partida, dessem à frente uma perspectiva antifascista, anticapitalista e anti-imperialista. Também o problema da revolução socialista deveria ser acentuado.

— Participação nessa Frente de representantes de órgãos de poder popular, saneados militares e da Informação, o que transformaria substancialmente a natureza da Frente.

— Não ida às urnas

— Desmontagem do papel das eleições para o actual poder.

A questão da não ida às urnas era particularmente importante, até porque logo à partida condiciona o modo como é feita a campanha. Com efeito, uma campanha eleitoral conduzida no sentido de levar os trabalhadores às urnas é necessariamente muito mais recuada do que uma campanha em que, logo à partida, se defina a não ida às urnas...

Ir às urnas nas actuais eleições legislativas significa encarar o Parlamento burguês (que é suposto durar quatro anos...) como (mais) uma frente de luta o que, como é bem de ver, o PRP rejeita categoricamente. Na actual situação político-militar o Parlamento não constitui frente de luta de espécie alguma para o proletariado, o qual, de resto, lhe vota um profundo desprezo.

Em suma: ir às urnas é pactuar até ao fim com as regras que a burguesia impõe no seu jogo, além de que pode representar a criação de graves ilusões reformistas no seio da classe.

Deste modo, o Plenário foi chegando sucessivamente à conclusão que não tinha os pareceres para a frente que pretendia e, tendo essencialmente em consideração os importantes argumentos expostos na alínea c), decidiu por unanimidade, a sua não participação nas legislativas.

c) Não participar nas legislativas

O principal motivo que esteve na base desta decisão foi o facto de numerosos camaradas responsáveis de

células operárias terem manifestado a forte tendencia anti-eleitoralista sentida no seio dos trabalhadores. Com efeito, durante o Plenário de Responsáveis, camaradas oriundos dos mais diversos núcleos operários do País traduziram o sentimento anti-eleitoralista verificado na classe, inclusive em larros militantes que se situam na esfera política do PC.

Sendo assim, colocou-se a questão de saber que interesse teria para os trabalhadores a participação do PRP nas legislativas (para mais, numa Frente que nem sequer era constituída na base por nós desejada).

A discussão tida sobre esta matéria durante o Plenário de Responsáveis foi particularmente importante e fecunda, quer pelo largo número de intervenções havidas (as quais, de início, exprimiam diversos pontos de vista), quer pelo facto de dela ter saído fortalecida a unidade do Partido em torno de uma questão que, não sendo essencial para a definição dos objectivos estratégicos do PRP, assume um considerável relevo nesta situação político-militar.

O sentimento anti-eleitoralista dos trabalhadores (que está na base de uma mais que provável elevada percentagem de abstenções e votos em branco) traduz-se na consciência da farsa que são as eleições e na certeza do não cumprimento das promessas que os partidos burgueses fazem para ganhar mais alguns votos.

Por outro lado, e os trabalhadores já têm essa experiência das eleições para a Constituinte, uma campanha eleitoral que polarize obrigatoriamente os votos em torno de partidos é divisionista para a classe, o que irá influenciar a própria luta de massas (inclusive reivindicativa) no período pós-eleitoral.

Apesar de tudo isto, poderá haver ainda quem argumente que a difusão da linha política do PRP através dos órgãos de Comunicação Social seria bastante para nos apresentarmos nas legislativas. Trata-se de um argumento que não colhe, na medida em que, por um lado, há que duvidar logo à partida da eficácia que possam

ter meia dúzia de intervenções feitas na Rádio e na TV, durante períodos de 5/10 minutos espalhados durante três semanas quando, em contrapartida, os partidos burgueses dispõem durante todo o ano de diversos jornais diários e semanais através dos quais impõem a sua ideologia burguesa.

Além disto, é bom ter em atenção que as posições defendidas através dos órgãos de Comunicação Social seriam expostas enquanto posições de uma Frente (pelo que sujeitas a prévios acordos estabelecidos nas condições já referidas), e não enquanto posições do PRP, facto que também não contribuiria para um hipotético e discutível alargamento do PRP na sequência da campanha eleitoral. Também em termos internos, a participação na campanha implicava para o PRP a deslocação de quadros, neste momento ligados a tarefas de organização, para tarefas mais directamente ligadas ao funcionamento de uma campanha cujos frutos não existiriam, quer para o partido, quer para a organização autónoma dos trabalhadores.

Resumindo: a participação do PRP na campanha para as legislativas, nas condições em que era possível, traria muito mais inconvenientes do que benefícios para o PRP e para os trabalhadores.

TAREFAS ACTUAIS

De acordo com o comunicado elaborado pelo Secretariado do Plenário «as tarefas actuais colocadas pelo PRP neste momento são as que contrariam os esforços de recuperação da burguesia e as que levam à unidade dos trabalhadores e ao reforço das suas estruturas democráticas (conselhos revolucionários, CT's, CM's, conselhos de aldeia, cooperativas), nomeadamente através da luta contra a desocupação de casas, terras e fábricas, da luta contra a repressão, da luta contra a informação burguesa e reaccionária, da luta pela ligação cidade-campo, da luta contra o aumento



do custo de vida e pal melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Deste modo, e embora não participe na campanha eleitoral para as legislativas, o PRP entende ser absolutamente necessário promover uma ampla campanha pela unidade dos trabalhadores e, simultaneamente, de combate às ilusões eleitoristas que ainda existem nos sectores mais recuados da classe.

O PRP recusa-se, pois, a encarar a campanha eleitoral como «uma trégua na luta de classes», posição para que, de uma forma mais ou menos evidente, são lançadas as organizações de esquerda que se mobilizam com vista a eleger um, dois ou tres representantes para o Parlamento burgues. É que as organizações de es-

querda vão fazer uma campanha extremamente recuada na única intenção de alcançarem mais meia dúzia de votos para o seu partido, pouco se importando com o facto de dividirem cada vez mais os trabalhadores.

Neste sentido, há que denunciar no dia-a-dia a burla eleitoral e congregar a classe em torno de objectivos concretos de luta; criar comités anti-eleitoralistas, atendendo ao local em que se trabalhe, sem com isso prejudicar o funcionamento dos comités de unidade já existentes em numerosas fábricas; explicar às massas (através de comunicados, comícios, jornais de parede, cartazes, etc.) que a luta de classes não pára durante a campanha eleitoral; fortalecer a ligação cidade-campo.

Em suma: combater o eleitoralismo e lutar pela unidade dos trabalhadores em termo dos objectivos indicados e daqueles outros que a prática venha a justificar.

Por outro lado, mas não menos importante, deve-se insistir na necessidade dos trabalhadores se unirem numa Frente que apoie uma candidatura revolucionária nas eleições presidenciais.

POR UMA CANDIDATURA REVOLUCIONÁRIA

O plenário nacional de responsáveis va, não visa dividir os trabalhadores do PRP decidiu apoiar a candidatura Pelo contrário; se nas eleições legislativas de um militar que, identificando-se lidas milhares e milhares de operários com o espírito do Documento do COP- e camponeses sem partido polarizam CON, tenha demonstrado através do seu voto em tomo dos partidos burgueses (sejam o PS ou o PC), já uma candidatura revolucionária para as presidenciais, desde que estruturada num programa revolucionário entendido pelos explorados, pode unir à sua volta os explorados e os orpímidos

Uma candidatura desta natureza não tem nada a ver com as manobras Por tudo isto, é tarefa dos militantes de bastidores em que andam envolvidos os partidos burruqueses, sejam cada vez mais intensa, pela unidade eles fascistas, sociais-democratas ou dos trabalhadores e revolucionários, o que é tanto mais difícil quanto à facto que a campanha das eleições presidenciais vai agravar partidariamente partidos para a Assembleia Legislativa a divisão no seio da classe

Uma candidatura desta natureza não tem nada a ver com as manobras Por tudo isto, é tarefa dos militantes de bastidores em que andam envolvidos os partidos burruqueses, sejam cada vez mais intensa, pela unidade eles fascistas, sociais-democratas ou dos trabalhadores e revolucionários, o que é tanto mais difícil quanto à facto que a campanha das eleições presidenciais vai agravar partidariamente partidos para a Assembleia Legislativa a divisão no seio da classe

Uma candidatura desta natureza não tem nada a ver com as manobras Por tudo isto, é tarefa dos militantes de bastidores em que andam envolvidos os partidos burruqueses, sejam cada vez mais intensa, pela unidade eles fascistas, sociais-democratas ou dos trabalhadores e revolucionários, o que é tanto mais difícil quanto à facto que a campanha das eleições presidenciais vai agravar partidariamente partidos para a Assembleia Legislativa a divisão no seio da classe

A TÁCTICA DO P C...

Por ocasião do 25.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Álvaro Cunhal realçou que («ultimamente» novas dificuldades e novos perigos surgiram no processo revolucionário», para o que propôs como solução a «aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas».

Quando à «viabilidade de um regime democrático em Portugal», o secretário do PC entende que «as liberdades e a democracia defendem-se, consolidam-se e constroem-se não no caminho do sistema de um regime em que, como noutros países da Europa Ocidental domine o capitalismo monopolista, mas no caminho que conduz ao socialismo».

Deduz-se daqui que Álvaro Cunhal pense que as liberdades e a democracia se consolidam numa democracia burguesa (pois é esse o aludido regime dos países da Europa Ocidental),

mas no caminho que conduz ao socialismo.

Sendo assim, isto e, se o actual simulado da democracia burguesa não conduz senão ao fascismo, porque insiste o PC em fazer acordos com o PS, partido cuja direcção social-democrata aposta no triunfo do «socialismo» através de eleições?

É certo que Álvaro Cunhal reconhece a oposição da direcção do PS, mas a verdade é que insiste no grande erro teórico que é chamar-lhe socialistas, o que se compreende pois a direcção do PS está tão longe do socialismo como a do PC do comunismo...

Qual é então, a escolha do PC? Consolidação de democracia burguesa ou socialismo? E que outro meio existe (mostra-a a história) dos trabalhadores alcançarem o poder, que não seja o da via armada, violenta?

Apesar das eleições legislativas poderem ser (é esse o desejo dos partidos burgueses) «uma trégua na luta de classes», os revolucionários

sabem que o progressivo agravamento das contradições económicas e político-militares da sociedade portuguesa colocam o confronto entre a burguesia e o proletariado (qualquer que seja a sua forma) como uma certeza.

Por outro lado, é cada vez maior o número de trabalhadores e de revolucionários que perde as ilusões sobre a direcção do PC, a qual mostra na prática a sua natureza revisionista e contra-revolucionária.

Uma coisa é certa: As hesitações e conciliações que a direcção do PC para com o PS servem apenas o avanço da contra-revolução.

Uma outra questão inteiramente distinta e absolutamente essencial, é a da unidade na base entre todos os trabalhadores, sejam eles do PRP, do PC ou mesmo do PS. É claro que se trata de uma unidade com objectivos precisos, e não de uma unidade artificial e sem princípios: é a unidade dos trabalhadores contra o fascismo e contra o capitalismo independente-

mente do que seja a prática das direcções burguesas dos partidos em que possam estar.

Mas este tipo de unidade não tem nada a ver com as convergencias pontuais, que a nível sindical e estudantil se tem verificado entre militantes do PS e do PC. Com efeito as desistências das listas da UEC em favor das da JS e o apoio dos elementos sindicais do PC aos do PS (como se verificou no Sindicato dos Bancários) é uma aliança oportunista e eleicoeira, que em nada serve os revolucionários e a classe.

O facto do PC ser ainda um partido com um apreciável número de trabalhadores sinceramente devotados à causa da revolução socialista fez com que seja necessário a unidade na base com esses militantes, e que esses camaradas como todos os outros com ou sem partido, se unam na luta contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

O PRP E AS ELEIÇÕES

Ao decidir não se candidatar «nem mesmo numa frente às eleições legislativas» e, «face às eleições presidenciais, e atendendo ao contexto em que poderão ter lugar», apoiar uma «frente de apoio a um programa que tenha por base o Documento do Copcon e a um candidato militar que se identifique com essa linha de defesa do poder popular», o Plenário de Responsáveis do PRP tomou uma importante decisão sobre a qual há que reflectir profunda e atentamente.

Para o PRP, e para qualquer organização que se pretenda revolucionária, a questão das eleições é um problema estritamente tático que em nada interfere com questões de princípio e que, portanto, não põe em causa, por um milímetro que seja, a estratégia do PRP — tomada violenta do Poder pelos trabalhadores e posterior exercício da Ditadura do Proletariado.

Deste modo, e por saber que as eleições burguesas não mudam em nada o aparelho de Estado, o PRP rejeita categoricamente as posições social-democratas e revisionistas que defendem a construção do socialismo pela via pacífica, pluralista e eleitoral.

Por outro lado, é na resolução tática das diversas questões concretas que um partido se mostra revolucionário e se assume como consciência organizada das massas trabalhadoras.

Uma vez feita esta necessária distinção entre questões táticas e estratégicas, analisemos concretamente a posição do PRP face às eleições Legislativas e Presidenciais, as quais deverão ter lugar respectivamente em 25 de Abril e 27 de Junho.

A TÁCTICA ELEITORAL NA ESTRATÉGIA DA TOMADA DO

PORQUE NÃO VAMOS ÀS LEGISLATIVAS

À partida, as eleições aparecem, pois, como um período único que vai até às presidenciais, e durante o qual os partidos burgueses se vão mobilizar totalmente na esperança de alcançarem o maior número de lugares no Parlamento e eleger o seu candidato (defensor dos seus interesses de classe) para a Presidência da República.

Não sendo o problema das eleições uma questão de fundo para o PRP, nem por isso ela deixou de ser atentamente discutida por todo o Partido.

As posições que, a priori, se nos deparavam eram as seguintes:

a) Participar enquanto PRP

Como é facilmente compreensível, tratava-se apenas de uma hipótese teórica, na medida em que o PRP não está disposto a entregar ao actual poder uma lista com 500 nomes.

b) Participar numa frente

A hipótese de participação numa frente eleitoral com o MES e FSP (uma vez manifestada pela UDP a intenção de se apresentar isoladamente) foi objecto de séria discussão em todo o Partido e, finalmente, no Plenário de Responsáveis.

O simples facto do PRP ter admitido a hipótese de participar numa frente eleitoral, desde que subordinada às condições abaixo indicadas, mostra bem que não somos um Partido «queridista» que, por uma questão de princípio, se recusa a participar nas eleições.

De facto, a circunstancia de no ano passado o PRP não ter tomado parte nas eleições não obrigava a que, este ano, a posição tivesse que ser necessariamente a mesma. A assim ser negaríamos a dialéctica marxista e seríamos incapazes de fazer a análise concreta da situação concreta.

É que, a este respeito, muita coisa mudou desde há um ano: não só a relação de forças político-militar é totalmente distinta, como também o PRP é uma organização que tem sofrido um forte crescimento.

Simplesmente, a eventual participação numa frente com o MES e a FSP implicava o cumprimento dos seguintes pontos:

— Acordos que, estabelecidos à partida, dessem à frente uma perspectiva antifascista, anticapitalista e anti-imperialista. Também o problema da revolução socialista deveria ser acentuado.

— Participação nessa Frente de representantes de órgãos de poder popular, saneados militares e da Informação, o que transformaria substancialmente a natureza da Frente.

— Não ida às urnas

— Desmontagem do papel das eleições para o actual poder.

A questão da não ida às urnas era particularmente importante, até porque logo à partida condiciona o modo como é feito a campanha. Com efeito, uma campanha eleitoral conduzida no sentido de levar os trabalhadores às urnas é necessariamente muito mais recuada do que uma campanha em que, logo à partida, se define a não ida às urnas...

Ir às urnas nas actuais eleições legislativas significa encarar o Parlamento burguês (que é suposto durar quatro anos...) como (mais) uma frente de luta o que, como é bem de ver, o PRP rejeita categoricamente. Na actual situação politico-militar o Parlamento não constitui frente de luta de espécie alguma para o proletariado, o qual, de resto, lhe vota um profundo desprezo.

Em suma: ir às urnas é pactuar até ao fim com as regras que a burguesia impõe no seu jogo, além de que pode representar a criação de graves ilusões reformistas no seio da classe.

Deste modo, o Plenário foi chegando sucessivamente à conclusão que não tinha os parceiros para a frente que pretendia e, tendo essencialmente em consideração os importantes argumentos expostos na alínea c), decidiu por unanimidade, asuã não a participação nas legislativas.

c) Não participar nas legislativas

O principal motivo que esteve na base desta decisão foi o facto de numerosos camaradas responsáveis de

células operárias terem manifestado a forte tendencia anti-eleitoralista sentida no seio dos trabalhadores. Com efeito, durante o Plenário de Responsáveis, camaradas oriundos dos mais diversos núcleos operários do País traduziram o sentimento anti-eleitoralista verificado na classe, inclusive em larros militantes que se situam na esfera politica do PC.

Sendo assim, colocou-se a questão de saber que interesse teria para os trabalhadores a participação do PRP nas legislativas (para mais, numa Frente que nem sequer era constituída na base por nós desejada).

A discussão tida sobre esta matéria durante o Plenário de Responsáveis foi particularmente importante e fecunda, quer pelo largo número de intervenções havidas (as quais, de início, exprimiam diversos pontos de vista), quer pelo facto de dela ter saído fortalecida a unidade do Partido em torno de uma questão que, não sendo essencial para a definição dos objectivos estratégicos do PRP, assume um considerável relevo nesta situação politico-militar.

O sentimento anti-eleitoralista dos trabalhadores (que está na base de uma mais que provável elevada percentagem de abstenções e votos em branco) traduz-se na consciência da farsa que são as eleições e na certeza do não cumprimento das promessas que os partidos burgueses fazem para ganhar mais alguns votos.

Por outro lado, e os trabalhadores já têm essa experiência das eleições para a Constituinte, uma campanha eleitoral que polarize obrigatoriamente os votos em torno de partidos é divisionista para a classe, o que irá influenciar a própria luta de massas (inclusive reivindicativa) no período pós-eleitoral.

Apesar de tudo isto, poderá haver ainda quem argumente que a difusão da linha politica do PRP através dos órgãos de Comunicação Social seria razão bastante para nos apresentarmos nas legislativas. Trata-se de um argumento que não colhe, na medida em que, por um lado, há que duvidar logo à partida da eficácia que possam

ter meia dúzia de intervenções feitas na Rádio e na TV, durante períodos de 5/10 minutos espalhados durante três semanas quando, em contrapartida, os partidos burgueses dispõem durante todo o ano de diversos jornais diários e semanais através dos quais impõem a sua ideologia burguesa.

Além disto, é bom ter em atenção que as posições defendidas através dos órgãos de Comunicação Social seriam expostas enquanto posições de uma Frente (pelo que sujeitas a prévios acordos estabelecidos nas condições já referidas), e não enquanto posições do PRP, facto que também não contribuiria para um hipotético e discutível alargamento do PRP na sequência da campanha eleitoral. Também em termos internos, a participação na campanha implicava para o PRP a deslocação de quadros, neste momento ligados a tarefas de organização, para tarefas mais directamente ligadas ao funcionamento de uma campanha cujos frutos não existiriam, quer para o partido, quer para a organização autónoma dos trabalhadores.

Resumindo: a participação do PRP na campanha para as legislativas, nas condições em que era possível, traria muito mais inconvenientes do que benefícios para o PRP e para os trabalhadores.

TAREFAS ACTUAIS

De acordo com o comunicado elaborado pelo Secretariado do Plenário «as tarefas actuais colocadas pelo PRP neste momento são as que contrariam os esforços de recuperação da burguesia e as que levam à unidade dos trabalhadores e ao reforço das suas estruturas democráticas (conselhos revolucionários, CT's, CM's, conselhos de aldeia, cooperativas), nomeadamente através da luta contra a desocupação de casas, terras e fábricas, da luta contra a repressão, da luta contra a informação burguesa e reacção, da luta pela ligação cidade-campo, da luta contra o aumento

ELEIÇÕES

Deste modo, e por saber que as eleições burguesas não mudam nada o aparelho de Estado, o PRP rejeita categoricamente as posições social-democratas e revisionistas que defendem a construção do socialismo pela via pacífica, pluralista e eleitoral.

Por outro lado, é na resolução táctica das diversas questões concretas que um partido se mostra revolucionário e se assume como consciência organizada das massas trabalhadoras.

Uma vez feita esta necessária distinção entre questões tácticas e estratégicas, analisemos concretamente a posição do PRP face às eleições Legislativas e Presidenciais, as quais deverão ter lugar respectivamente em 27 de Abril e 27 de Junho.



ORAL DA TOMADA DO PODER

velas operárias terem manifestado forte tendencia anti-eleitoralista senda no seio dos trabalhadores. Com efeito, durante o Plenário de Responsáveis, camaradas oriundos dos mais diversos núcleos operários do País traziram o sentimento anti-eleitoralista verificado na classe, inclusive em laros militantes que se situam na esfera política do PC.

Sendo assim, colocou-se a questão de saber que interesse teria para os trabalhadores a participação do PRP nas legislativas (para mais, numa Frente que nem sequer era constituída na base por nós desejada).

A discussão tida sobre esta matéria durante o Plenário de Responsáveis foi particularmente importante e fecunda, quer pelo largo número de intervenções havidas (as quais, de início, exprimiram diversos pontos de vista), quer pelo facto de dela ter saído fortalecida a unidade do Partido em torno de uma questão que, não sendo essencial para a definição dos objectivos estratégicos do PRP, assume um considerável relevo nesta situação político-militar.

O sentimento anti-eleitoralista dos trabalhadores (que está na base de uma mais que provável elevada percentagem de abstenções e votos em branco) traduz-se na consciência da arsa que são as eleições e na certeza do não cumprimento das promessas que os partidos burgueses fazem para ganhar mais alguns votos.

Por outro lado, e os trabalhadores têm essa experiência das eleições para a Constituinte, uma campanha eleitoral que polarize obrigatoriamente os votos em torno de partidos é revisionista para a classe, o que irá influenciar a própria luta de massas (inclusive reivindicativa) no período pós-eleitoral.

Apesar de tudo isto, poderá haver ainda quem argumente que a difusão da linha política do PRP através dos órgãos de Comunicação Social seria coisa bastante para nos apresentarmos nas legislativas. Trata-se de um argumento que não colhe, na medida em que, por um lado, há que duvidar logo à partida da eficácia que possam

ter meia dúzia de intervenções feitas na Rádio e na TV, durante períodos de 5/10 minutos espalhados durante três semanas quando, em contrapartida, os partidos burgueses dispõem durante todo o ano de diversos jornais diários e semanais através dos quais impõem a sua ideologia burguesa.

Além disto, é bom ter em atenção que as posições defendidas através dos órgãos de Comunicação Social seriam expostas enquanto posições de uma Frente (pelo que sujeitas a prévios acordos estabelecidos nas condições já referidas), e não enquanto posições do PRP, facto que também não contribuiria para um hipotético e discutível alargamento do PRP na sequência da campanha eleitoral. Também em termos internos, a participação na campanha implicava para o PRP a deslocação de quadros, neste momento ligados a tarefas de organização, para tarefas mais directamente ligadas ao funcionamento de uma campanha cujos frutos não existiriam, quer para o partido, quer para a organização autónoma dos trabalhadores.

Resumindo: a participação do PRP na campanha para as legislativas, nas condições em que era possível, traria muito mais inconvenientes do que benefícios para o PRP e para os trabalhadores.

TAREFAS ACTUAIS

De acordo com o comunicado elaborado pelo Secretariado do Plenário «as tarefas actuais colocadas pelo PRP neste momento são as que contrariam os esforços de recuperação da burguesia e as que levam à unidade dos trabalhadores e ao reforço das suas estruturas democráticas (conselhos revolucionários, CT's, CM's, conselhos de aldeia, cooperativas), nomeadamente através da luta contra a desocupação de casas, terras e fábricas, da luta contra a repressão, da luta contra a informação burguesa e reaccionária, da luta pela ligação cidade-campo, da luta contra o aumento

do custo de vida e pal melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Deste modo, e embora não participe na campanha eleitoral para as legislativas, o PRP entende ser absolutamente necessário promover uma ampla campanha pela unidade dos trabalhadores e, simultaneamente, de combate às ilusões eleitoristas que ainda existem nos sectores mais recuados da classe.

O PRP recusa-se, pois, a encarar a campanha eleitoral como «uma trégua na luta de classes», posição para que, de uma forma mais ou menos evidente, são lançadas as organizações de esquerda que se mobilizam com vista a eleger um, dois ou tres representantes para o Parlamento burgues. É que as organizações de es-

querda vão fazer uma campanha extremamente recuada na única intenção de alcançarem mais meia dúzia de votos para o seu partido, pouco se importando com o facto de dividirem cada vez mais os trabalhadores.

Neste sentido, há que denunciar no dia-a-dia a burla eleitoral e congregar a classe em torno de objectivos concretos de luta; criar comités anti-eleitoralistas, atendendo ao local em que se trabalhe, sem com isso prejudicar o funcionamento dos comités de unidade já existentes em numerosas fábricas; explicar às massas (através de comunicados, comícios, jornais de parede, cartazes, etc.) que a luta de classes não pára durante a campanha eleitoral; fortalecer a ligação cidade-campo.

Em suma: combater o eleitoralismo e lutar pela unidade dos trabalhadores em termo dos objectivos indicados e daqueles outros que a prática venha a justificar.

Por outro lado, mas não menos importante, deve-se insistir na necessidade dos trabalhadores se unirem numa Frente que apoie uma candidatura revolucionária nas eleições presidenciais.

A TÁCTICA DO P C...

Por ocasião do 25.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Álvaro Cunhal realçou que («ultimamente» novas dificuldades e novos perigos surgiram no processo revolucionário», para o que propôs como solução a «aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas».

Quanto à «viabilidade de um regime democrático em Portugal», o secretário do PC entende que «as liberdades e a democracia defendem-se, consolidam-se e constroem-se não no caminho do sistema de um regime em que, como noutros países da Europa Ocidental domine o capitalismo monopolista, mas no caminho que conduz ao socialismo».

Deduz-se daqui que Álvaro Cunhal pense que as liberdades e a democracia se consolidam numa democracia burguesa (pois é esse o aludido regime dos países da Europa Ocidental),

mas no caminho que conduz ao socialismo.

Sendo assim, isto e, se o actual simulado da democracia burguesa não conduz senão ao fascismo, porque insiste o PC em fazer acordos com o PS, partido cuja direcção social-democrata aposta no triunfo do «socialismo» através de eleições?

É certo que Álvaro Cunhal reconhece a oposição da direcção do PS, mas a verdade é que insiste no grande erro teórico que é chamar-lhe socialista, o que se compreende pois a direcção do PS está tão longe do socialismo como a do PC do comunismo...

Qual é então, a escolha do PC? Consolidação de democracia burguesa ou socialismo? E que outro meio existe (mostra-o a história) dos trabalhadores alcançarem o poder, que não seja o da via armada, violenta?

Apesar das eleições legislativas poderem ser (é esse o desejo dos partidos burgueses) «uma trégua na luta de classes», os revolucionários

PUR

O do P de u comi CON, sua p Co lutam dato balho ou se Ur não é de bi dos eles revis Po didat parti

sabem das con co-milit colocar e o pr a sua fo Por o númer lucioná a direc prática contra Um e conc para o avanço Um distinta a da u trabalh PC ou se trata vos pr artificial dos tra e conti



PODER

do custo de vida e pal melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

Deste modo, e embora não participe na campanha eleitoral para as legislativas, o PRP entende ser absolutamente necessário promover uma ampla campanha pela unidade dos trabalhadores e, simultaneamente, de combate às ilusões eleitoralistas que ainda existem nos sectores mais recuados

da classe.

O PRP recusa-se, pois, a encarar a campanha eleitoral como «uma trégua na luta de classes», posição para que, de uma forma mais ou menos evidente, são lançadas as organizações de esquerda que se mobilizam com vista a eleger um, dois ou três representantes para o Parlamento burgues. É que as organizações de es-

querda vão fazer uma campanha extremamente recuada na única intenção de alcançarem mais meia dúzia de votos para o seu partido, pouco se importando com o facto de dividirem cada vez mais os trabalhadores.

Neste sentido, há que denunciar no dia-a-dia a burla eleitoral e congregar a classe em torno de objectivos concretos de luta; criar comités anti-eleitoralistas, atendendo ao local em que se trabalhe, sem com isso prejudicar o funcionamento dos comités de unidade já existentes em numerosas fábricas; explicar às massas (através de comunicados, comícios, jornais de parede, cartazes, etc.) que a luta de classes não pára durante a campanha eleitoral; fortalecer a ligação cidade-campo.

Em suma: combater o eleitoralismo e lutar pela unidade dos trabalhadores em termo dos objectivos indicados e daqueles outros que a prática venha a justificar.

Por outro lado, mas não menos importante, deve-se insistir na necessidade dos trabalhadores se unirem numa Frente que apoie uma candidatura revolucionária nas eleições presidenciais.

POR UMA CANDIDATURA REVOLUCIONÁRIA

O plenário nacional de responsáveis va, não visa dividir os trabalhadores do PRP decidiu apoiar a candidatura Pelo contrário; se nas eleições legislativas de um militar que, identificando-se tivas milhares e milhares de operários com o espírito do Documento do COP- e camponeses sem partido polarizam CON, tenha demonstrado através do seu voto em tomo dos partidos burgueses (sejam o PS ou o PC), já uma candidatura revolucionária para as presidenciais, desde que estruturada de unír todos os trabalhadores e os revolucionários com do pelos explorados, pode unir à sua volta os explorados e os orpimidos

Uma candidatura desta natureza não tem nada a ver com as manobras de bastidores em que andam envolvidos os partidos burrugueses, sejam eles fascistas, sociais-democratas ou revisionistas

Por outro lado trata-se de uma didatura que, contrariamente às dos partidos para a Assembleia Legislati-

Por tudo isto, é tarefa dos militantes do PRP lutar desde já, e de uma forma cada vez mais intensa, pela unidade dos trabalhadores e revolucionários, o que é tanto mais difícil quanto à facto que a campanha das eleições legislativas vai agravar partidariamente a divisão no seio da classe

A TÁCTICA DO P C...

Por ocasião do 25.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Álvaro Cunhal realçou que «ultimamente novas dificuldades e novos perigos surgiram no processo revolucionário», para o que propôs como solução a «aproximação, entendimento e acção comum de comunistas e socialistas».

Quanto à «viabilidade de um regime democrático em Portugal», o secretário do PC entende que «as liberdades e a democracia defendem-se, consolidam-se e constroem-se não no caminho do sistema de um regime em que, como noutros países da Europa Ocidental domine o capitalismo monopolista, mas no caminho que conduz ao socialismo».

Deduz-se daqui que Álvaro Cunhal pense que as liberdades e a democracia se consolidam numa democracia burguesa (pois é esse o aludido regime dos países da Europa Ocidental),

mas no caminho que conduz ao socialismo.

Sendo assim, isto é, se o actual simulado da democracia burguesa não conduz senão ao fascismo, porque insiste o PC em fazer acordos com o PS, partido cuja direcção social-democrata aposta no triunfo do «socialismo» através de eleições?

É certo que Álvaro Cunhal reconhece a oposição da direcção do PS, mas a verdade é que insiste no grande erro teórico que é chamar-lhe socialista, o que se compreende pois a direcção do PS está tão longe do socialismo como a do PC do comunismo...

Qual é então, a escolha do PC? Consolidação de democracia burguesa ou socialismo? E que outro meio existe (mostra-o a história) dos trabalhadores alcançarem o poder, que não seja o da via armada, violenta?

Apesar das eleições legislativas poderem ser (é esse o desejo dos partidos burgueses) «uma trégua na luta de classes», os revolucionários

sabem que o progressivo agravamento das contradições económicas e político-militares da sociedade portuguesa colocam o confronto entre a burguesia e o proletariado (qualquer que seja a sua forma) como uma certeza.

Por outro lado, é cada vez maior o número de trabalhadores e de revolucionários que perde as ilusões sobre a direcção do PC, a qual mostra na prática a sua natureza revisionista e contra-revolucionária.

Uma coisa é certa: As hesitações e conciliações que a direcção do PC para com o PS servem apenas o avanço da contra-revolução.

Uma outra questão inteiramente distinta e absolutamente essencial, é a da unidade na base entre todos os trabalhadores, sejam eles do PRP, do PC ou mesmo do PS. É claro que se trata de uma unidade com objectivos precisos, e não de uma unidade artificial e sem princípios: é a unidade dos trabalhadores contra o fascismo e contra o capitalismo independente-

mente do que seja a prática das direcções burguesas dos partidos em que possam estar.

Mas este tipo de unidade não tem nada a ver com as convergências pontuais, que a nível sindical e estudantil se tem verificado entre militantes do PS e do PC. Com efeito as desistências das listas da UEC em favor das da JS e o apoio dos elementos sindicais do PC aos do PS (como se verificou no Sindicato dos Bancários) é uma aliança oportunista e eleicoeira, que em nada serve os revolucionários e a classe.

O facto do PC ser ainda um partido com um apreciável número de trabalhadores sinceramente devotados à causa da revolução socialista fez com que seja necessário a unidade na base com esses militantes, e que esses camaradas como todos os outros com ou sem partido, se unam na luta contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.



AUTO-RECONSTRUTORA DO BARREIRO EM LUTA CONTRA O REGRESSO DO PATRÃO

A Auto Reconstrutora do Barreiro — oficinas metalúrgicas, conhecida no Barreiro pelos «os Abreus» (nome dos ex-patrões), é uma empresa que entrou em autogestão no dia 5/6/75.

Como todas as empresas nesta situação, os trabalhadores enfrentam uma série de dificuldades que vão desde o boicote económico dos ex-patrões às pressões de alguns locais dos mesmos conjuídos depois do 25 de Novembro com o ministério dos srs. Tomás e Marcelo a poderem possibilitar o regresso dos patrões.

Autogestão na mais livre das democracias burguesas será sempre uma luta avançada mas em Portugal, no momento em que o fascismo avança, será sempre fonte de grande luta entre os operários e os ex-patrões, estes com o aval do VI Governo da burguesia.

A derrota da ARB como afirmam os trabalhadores será uma derrota das forças interessadas no socialismo e na vitória do proletariado. Entretanto num comunicado à população os trabalhadores da ARB afirmam:

«— Como é do conhecimento geral os trabalhadores da ARB entraram em autogestão em 5/6/75 suspendendo a entidade patronal para salvarem a empresa e assim garantirem a continuidade do seu trabalho e a sua subsistência.

— Desde essa data que a entidade patronal (Abreus) têm tentado boicotar a nossa justa luta, sobretudo com calúnias, criando-nos dificuldades com clientes e fornecedores.»

Mais adiante afirmam:

«— Este comunicado visa chamar a atenção da classe trabalhadora para mais uma manobra da direita reacçãoária (à semelhança do que se verifica noutros pontos do País) e, supomos que lhe está a ser dedicada especial atenção por se tratar do Barreiro o que constituiria grave derrota para o proletariado português, e consequentemente para as forças da esquerda...»

«Revolução» esteve na ARB para falar com alguns camaradas operários da Comissão de Gestão, sobre a situação da empresa e sobre a luta desenvolvida até ao momento.

REVOLUÇÃO — Quais os motivos porque vocês entraram em autogestão?

OPERÁRIO — A luta começou em 19/5/75, quando se começou a falar dos aumentos que se iam processar. Esses aumentos, que foram da iniciativa do patrão, iriam aumentar o leque salarial o que, consequentemente, iria beneficiar só alguns trabalhadores. Pusemos a questão de a firma poder ou não suportar esses encargos.

Tentámos então que os aumentos não se processassem ou, pelo menos, a Comissão tivesse interferência na distribuição das verbas concebidas para os aumentos. O patrão não concordou.

A partir daí, porém, vimos que tínhamos que arrancar com outras formas de luta e elaborámos um caderno reivindicativo.

Nesse caderno apenas se reivindicavam melhorias no campo social, como melhores instalações, etc. No 1.º ponto, porém, pedíamos uma análise à situação económica e financeira da

firma, por um perito nomeado pelo Ministério do Trabalho.

O patrão não concordou e disse que punha a escrita à nossa disposição. Nós receámos isso e



avançámos mesmo o pedido ao Ministério do Trabalho para que viesse aqui um técnico. Passaram-se meses e as promessas do patrão no campo social não passavam de isso mesmo, ou seja promessas.

Entretanto nós ia-mo-nos servindo do Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos para denunciar coisas que aqui aconteciam. Por exemplo, os vendedores, em 1974, levaram cada um cerca de mil contos, o chefe da contabilidade ganhava 18 contos mensais, 30 contos de subsídio de férias, 30 contos de subsídio de Natal e 5 por cento sobre os lucros da empresa no fim do balanço. Como se ele tivesse qualquer relação com aquilo que fabricávamos.

22.º OPERÁRIO — Havia ainda o caso do advogado que também era o gerente, para poder entrar onde quisesse, e que vinha cá uma vez por mês para receber a massa, e que, mesmo quando cá vinha, era para tratar de casos dos outros tachos que tinha.

1.º OPERÁRIO — No dia 5/6, o chefe da contabilidade e o António Abreu, que eram os atingidos no último Boletim, leram-no e ficaram chateados.

Tocaram à buzina às 3 horas e mandaram parar o trabalho até se esclarecer o que tínhamos dito no artigo do Boletim. Eles ofederam-nos e nós exaltamo-nos. Como a situação estava

difícil, chamámos os fuzileiros. As 6 horas fizemos um plenário com a presença dos fuzileiros. Decidiu-se por maioria contra dois votos a suspensão dos corpos gerentes, administrativos, dos vendedores, do contabilista e do advogado até à conclusão do inquérito pedido sobre a situação económica da empresa. Entrámos portanto em autogestão.

REVOLUÇÃO — Quais as formas de organização que adoptaram?

1.º OPERÁRIO — Como havia a CT que tinha desenvolvido todo o processo de luta, tratámos de juntar-lhe os encarregados das diversas secções a que passámos a chamar coordenadores de trabalho e formou-se a Comissão de Gestão. Tratámos logo da legalização da Comissão no Ministério do Trabalho para podermos continuar

tar a empresa. Isto mesmo foi dito pela cunhada do A. Abreu, dias antes de o marido ir para o Irão buscar trabalho. Ela diz que todas as semanas sai do Barreiro uma camioneta carregada de pessoal para a oficina do Porto e, diz ela, que nós só temos a perder e que devemos a toda a gente, que já ninguém nos fia, etc. Portanto isto é a intervenção do ex-patronato.

1.º OPERÁRIO — Neste momento circula uma lista para a recolha de assinaturas para pressionar o Governo e proporcionar o regresso do patrão.

REVOLUÇÃO — Vocês já encaram a hipótese de se ligarem a Comissões de Trabalhadores de empresas que estão na mesma situação que a vossa e principalmente às do vosso ramo?

AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO, L.D.A.

com todas as transacções comerciais, operações bancárias e para podermos exercer legalmente o controlo da empresa. Por curiosidade, quem legalizou a Comissão foi o capitão Tomás Rosa, na altura representante do MFA no Ministério do Trabalho.

REVOLUÇÃO — Depois do 25 de Novembro, muitos têm sido os patrões que voltam às suas antigas posições, isto com o aval do Governo. Vocês já foram pressionados nesse sentido?

1.º OPERÁRIO — Não ainda não fomos pressionados. Entretanto alguns ex-trabalhadores da empresa e locais do patrão, afirmando-se ainda, como trabalhadores da empresa lançam mão de todas as manobras para tentar o regresso do patrão. Distribuem comunicados à população tentando lançar a confusão, porque muita gente não chega a compreender se os comunicados são nossos ou de quem são e quais os comunicados certos e quais os comunicados errados.

REVOLUÇÃO — E pressões a nível económico por parte do ex-patrão?

1.º OPERÁRIO — Verificaram-se com o desvio de certos trabalhos para uma outra empresa que têm. As verdadeiras pressões são feitas por intermédio desses ex-trabalhadores, pois inclusive nós sabemos os sítios em que eles têm reuniões com o ex-patrão.

3.º OPERÁRIO — Isto é a intervenção do patronato em querer boico-

1.º OPERÁRIO — Como nós somos praticamente os únicos dentro deste ramo no nosso país, isso será difícil.

Conseguimos no entanto fazer contactos com empresas em autogestão, formámos um secretariado, e pressionámos o Ministério da Indústria a decretar a intervenção do Estado nessas empresas. Por isso foi criado o Decreto 597 para possibilitar uma intervenção rápida já que o decreto anterior era mais de tipo burocrático. No entanto, qualquer desses decretos tem diversas portas de saída, e uma delas, é mesmo a entrega dessas empresas aos ex-patrões.

REVOLUÇÃO — No vosso comunicado vocês afirmam que a vossa derrota será a derrota das forças de esquerda do Barreiro. Porque dizem isso?

1.º OPERÁRIO — Nós consideramos o Barreiro dentro de toda a luta antifascista que se desenvolveu antes do 25 de Abril, uma terra de vanguarda. Consideramos o Barreiro uma terra de grandes revolucionários. Por isso dizemos se a direita conseguir atingir a ARB será uma vitória dupla, porque conseguiu impôr a sua força e por ser no Barreiro uma terra de gente de esquerda.

REVOLUÇÃO — Quais as possibilidades que têm de evitar o regresso dos patrões e de assegurarem a continuidade do trabalho?

SOREFAME A QUESTÃO DOS TRABALHADORES RETORNADOS

DO LOBITO

Camaradas,

A discussão sobre a questão «retornados do Lobito», que se vem arrastando há muito tempo, trouxe como consequência o **impasse na solução do problema, desinteresse na participação da discussão, e a divisão entre os trabalhadores**

Se partirmos do princípio que os trabalhadores têm interesses em comum, chegamos à conclusão que todos estão empenhados em solucionar esta questão satisfatória e definitivamente.

Porquê então o impasse, o desinteresse? quais os outros interesses contrários aos dos trabalhadores que estão em jogo? A quem interessa a divisão? Qual é a maneira correcta de encarar o problema? O que apresentamos a seguir é o resultado de uma discussão neste sentido, que pensamos possa ser um contributo para uma maior clarificação do problema.

Vejamos em primeiro lugar, qual o ponto de vista dos inereses do capital, nos argumentos dos seus representantes.

A AD mostrou-se desde sempre, empenhada em defender os «interesses» dos trabalhadores retornados do Lobito, **alegando razões humanitárias**. Mas todos nós sabemos que a AD se tem mostrado intransigente defensora do capital. Será então, que chegámos a um caso em que, os interesses dos trabalhadores, são coincidentes com os do capital? **CERTAMENTE QUE NÃO!**

Senão vejamos. O interesse do capital, sempre foi e será, o de utilizar a força de trabalho dos trabalhadores no sentido de cumular riqueza nas mãos de uns poucos privilegiados. Não será de estranhar que a AD da Sorefame, dispanda neste momento elevadas verbas para defender os «interesses» de um grupo de trabalhadores? Será que a burguesia está disposta a dispensar alguns dos seus lucros, em favor dos trabalhadores? **É EVIDENTE QUE NÃO!**

O que a AD da Sorefame procura é utilizar os trabalhadores do Lobito como forma de pressão para manter os seus interesses capitalistas em Angola.

DE QUE FORMA?

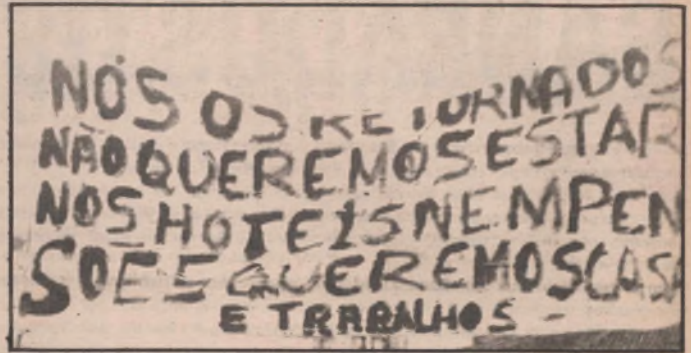
Todos sabemos que uma unidade industrial, como a Sorefame-Lobito, necessita de pessoal especializado para funcionar. Retirando este pessoal de Angola, e segurando-o aqui nas suas mãos, isto é, pagando-lhe mensalmente os seus salários, a AD mantém nas suas mãos, uma das partes essenciais para o funcionamento das instalações do Lobito. É esta carta, extremamente forte, que a AD jogará para a mesa, quando negociar com a República Popular de Angola, as condições em que funcionará a Sore-

fame-Lobito. Assim a AD prepara-se para impor em Angola, uma produção, não voltada para os interesses do povo angolano, nem do Povo português, mas, voltada para os interesses do **capitalismo internacional, o imperialismo**, do qual a Sorefame é um instrumento.

Esta tática está inserida na estratégia **neocolonialista do imperialismo**, que não tendo conseguido os seus objectivos, **pela via militar**, utilizando os seus agentes FNLA e UNITA, pretende agora enfraquecer a revolução angolana, através do **domínio tecnológico e da penetração económica**, pretendendo assim interferir na economia angolana, com a capa de reconstituidores de Angola.

É altura, de todos os trabalhadores portugueses, do Povo português, tomar conhecimento destes factos, que são contrários, não só aos interesses do povo angolano, mas também aos dos trabalhadores portugueses. **PORQUÊ?**

A AD alega também, que mantendo a Sorefame-Lobito sob a sua influência, vai proporcionar mais encomendas para a Sorefame-Amadora. Certo, se isso fosse no interesse dos trabalhadores angolanos e portugueses. Mas o que o capital vai é buscar lucros, explorando-nos a nós e a eles. E para onde vão esses lucros? Nós continuaremos recebendo única e simplesmente os nossos salários. Os lucros irão para os capitalistas. **Os lucros servirão para contratar mais mercenários, para comprar mais equipamento para a polícia de choque, para**



pagar aos pides que saem agora da prisão, para montarem a nova policia politica, para impor a repressão, o FASCISMO!

Vejamos agora qual a posição daqueles, que pretendem conciliar os interesses do capital e os dos trabalhadores. Dizem que a solução deles (estágio dos retornados na Sorefame-Amadora, à custa do povo angolano) devia ter sido tomada há mais tempo, e que se não o foi, é por culpa dos trabalhadores. Porquê encaram eles o estágio aqui como solução, quando é essa trábem a proposta da AD? Porque acreditam que os interesses do capital (AD) são conciliáveis com os dos trabalhadores. Quando finalmente responsabilizam os trabalhadores pela situação actual, é porque não compreenderam (ou não quiseram compreender), todo o jogo do capital que está por detrás de tudo isto. Acabam assim por **servir objectivamente o capital**, embora com uma **linguagem de «esquerda»**. É assim que o capital os utiliza, para nos enganar, confundir e dividir.

Trata-se agora de encontrarmos a solução correcta. Devemos por isso ter em conta as manobras da AD e

a actuação dos conciliadores de «esquerda».

Compete-nos a todos, trabalhadores, decidir definitivamente este problema, conciliando sim, os interesses dos trabalhadores portugueses e angolanos, mostrando aos **trabalhadores retornados** que eles são somente um **objecto nas mãos da burguesia**. Burguesia esta que tenta manter-nos não esclarecidos, para assim perpetuar o seu domínio, isto é, a exploração dos trabalhadores.

Pensamos que tudo isto, pode ser um base, para iniciar um **verdadeiro processo de discussão, enriquecido com a experiência de cada um**, no sentido de que a solução que se venha a adoptar, seja de facto a **solução de todos os trabalhadores da Sorefame**

**FIM À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!
FIM AOS NEOCOLONIALISMO!
DISCUTIR PARA UNIR!**

24/2/76

A Célula Sorefame do PRP

JOTOCAR- V. NOVA DE GAIA

TRAIADORES NO SEIO DA CLASSE

Embora o principal inimigo dos trabalhadores seja o capitalismo e os seus directos representantes na fábrica e no campo, a verdade é que **também existem casos em que os trabalhadores têm que lutar contra os próprios trabalhadores**.

Casos como estes, que têm aparecido um pouco por toda a parte (recordemos o que foi a parte final do 2 (caso República)), são devidos na grande maioria dos casos **quer a uma fraude politização dos trabalhadores, quer ao receio em se perder o emprego**.

Relatamos seguidamente o caso ocorrido na empresa Jotocar, em Vila Nova de Gaia:

«A Comissão de Luta dos trabalhadores da Jotocar vem alterar todos os trabalhadores para a forma como foi boicotada a paralização dos metalúrgicos no passado dia 26-2-76, na empresa Jotocar.

A CT e delegados sindicais no dia 24-2-76 fizeram uma reunião para de-

cidir de aderirem à paralização do dia 26/2, ao que decidiram que não haveria por parte da nossa empresa.

E perguntamos nós:

Como se deixam os trabalhadores ser levados na boa maneira desses senhores que duvidamos que estejam do nosso lado, pois já deram provas de defenderem outros interesses que não são os dos trabalhadores?

Poderão a CT ou os delegados sindicais decidir seja o que for pelos trabalhadores, sem os consultarem?

Até quando permitiremos isto?

Camaradas:

Não nos podemos deixar levar por esta escumalha que já deu provas de procurar o divisionismo dentro da nossa empresa. Também já deram provas que são antioperários, o que se pode chamar autênticos lacaios do patronato, reaccionários e caciques.

Incluimos nesta escumalha os chefes de equipa que aqui fizeram papel

de cobardes.

Mas, face a todas estas manobras, ainda houve trabalhadores que desafiaram os delegados sindicais e a CT e paralizaram.

Também achamos importante dar conhecimento a todos os trabalhadores da coragem e vontade de ser um autêntico operário de um trabalhador do sector das armações, sector onde trabalham cerca de 50 metalúrgicos, que foi o único operário a ter aderido à paralização, juntando-se ao sector da serralheira».

**UNAMO-NOS E FAÇAMOS FRENTE ÀS MANOBRAS DIVISIONISTAS!
... LUTEMOS PARA PORMOS FIM À EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM!**

ORGANIZEMO-NOS; JUNTEMO-NOS À COMISSÃO DE LUTA PARA COMBATERMOS A REACÇÃO DENTRO DA NOSSA FÁBRICA

3/3/76
COMISSÃO DE LUTA DA JOTOCAR

MONDOREL

SANEADOS OS TIRANOS

A luta dos trabalhadores da Mondorel tem que se dar a devida importância no actual contexto da luta de classes que se vive à escala nacional.

Não é à toa que uma fábrica com capacidade para ser a mais produtiva do ramo na região centro, passa por uma crise que a obriga a ter algumas secções com meia laboração, com máquinas modernas paradas, devido à falta de matérias-primas.

E isto não acontece pelo facto dos trabalhadores, logo após o 25 de Abril terem condições para encetar, em pé de igualdade, uma luta por melhores condições de vida, por melhores condições de trabalho na fábrica, pelo controlo operário sobre a produção. Não. A crise já vem de trás, de antes do 25 de Abril.

E também não é à toa que a luta dos trabalhadores da Mondorel tem sido alvo de comunicados caluniosos por parte do Secretariado do PS da região centro, fazendo coro com os interesses do patrão.

É por tudo isto e por muito mais que, no decorrer do texto se descobrirá, que fomos falar com os trabalhadores para que nos elucidassem melhor sobre o que se estava a passar, além dos comunicados que têm distribuído na cidade de Coimbra para informar os restantes trabalhadores sobre a sua luta.

É das palavras de um delegado sindical e de um elemento da Comissão de Trabalhadores que a seguir transcrevemos alguns trechos mais elucidativos:

CT — «A luta começa mais propriamente quando das reivindicações para o CCT e das movimentações para a redução das 48 para 40 horas de trabalho. Logo aí há boicote por parte do patrão. Os trabalhadores começam a organizar-se e elegem uma comissão de trabalhadores por voto secreto. A Comissão de Trabalhadores cedo verificou, quando se propôs a levar a cabo o controlo operário, que havia boicote feito por certos sectores em relação ao controlo sobre a produção.

Ao ver essas dificuldades a CT propõe em plenário a criação de uma Comissão de Fiscalização e controlo formada por técnicos, trabalhadores e alguns encarregados de direcção, que entrou em actividade a partir de Setembro, e cada vez foram surgindo mais dificuldades por parte da administração. Os trabalhadores começaram a verificar que a administração reunia quase todos os dias, não só lá dentro da fábrica, mas também no exterior, com determinados indivíduos de quem os trabalhadores já desconfiavam. Até que num plenário surgiu uma proposta para sanear uma doutora formada em química. A CT tentou esclarecer que era melhor não sanear, mas ela foi mesmo saneada da secção que chefiava e transferida para onde os trabalhadores também a regeitaram.

Acerca desta personalidade vejamos alguns depoimentos de operários da secção de fição:

1.º Operária — «... Uma rapariga que andava de bebé, perdeu o primeiro filho devido a uma discussão com a doutora que lhe disse que não podia ir à casa de banho, ela insistiu, nervosa, e escorregou batendo com a barreira de encontro a uma porta. Noutra vez o patrão quis aceitar novamente uma irmã minha que ela despediu e ela não a quis cá aceitar, o que teve de ser acatado pelo patrão...»

2.º Operária — «... Nós aqui na secção andávamos a trabalhar sob este calor que sai das máquinas, caía o suor e as lágrimas por nós abaixo e ela achava-nos porcas, só lhe faltava pegar num chicote contra nós...»

1.º Operária — «... O que ela soube foi sempre castigar e despedir...» Continuando a nossa conversa com o elemento da Comissão de Trabalhadores mais à frente ele afirma:

CT — «Perguntar-se-á por que razão os trabalhadores suspenderam quatro indivíduos (a tal doutora e mais três do mesmo género), e não toda a administração?

Porque um dos administradores, o sr. Eládio Alvarez, maior accionista, tem quase tudo centralizado nas suas mãos. É o caso da aquisição de matérias-primas e da manutenção dos mercados. Ora se fossemos a saneá-lo ou até suspende-lo, automaticamente sofreríamos um boicote pois, por exemplo, não conhecíamos o mercado de Inglaterra, onde ele pessoalmente mantinha dois clientes e como a maior parte das vendas internas vão para a Santix, isso também nos era cortado pois a Santix é dele, detém 95 por cento de capital.

Automáticamente ficávamos sem trabalho.

Propusemos, e foi aprovado em plenário, ao sr. Eládio irem com ele a Inglaterra dois elementos da CT, ao que ele se opôs.

No caso da Suécia, Noruega, Finlândia, etc. temos um viajante que até faz parte da Comissão de Fiscalização e Controlo, e o problema estava resolvido. No que respeita à Inglaterra que é o nosso principal mercado externo, é que está o grande problema. Nós temos grande desconfiança sobre o que se passa em Inglaterra pois ao passo que para outros países nós vendemos a uma mé dia de 135\$00/metro, para a Inglaterra o preço era de

119/metro, até estávamos a perder dinheiro. Pelo controlo que nós fazemos não temos nenhum dado que nos elucide mas a questão dos preços é altamente suspeita.

Delegados Sindical — «Os quatro suspensos eram lacaios do patrão e isso foi reconhecido pelos trabalhadores ao ponto de estes decidirem que eles não poderiam cá continuar à frente da empresa. Foi aí que começou a luta mais a sério, pois quando as Comissões iam falar com o patrão, esses quatro indivíduos com o resto dos lacaios que por cá havia, justificavam-se logo na administração para defender o patrão. E isso tanto mais grave porque os trabalhadores sabiam que a administração não dialogava com a CT nem com a C. de Fiscalização e Controlo, e sabiam também que esses indivíduos que reuniam quase todos os dias e nós, trabalhadores, não sabíamos o que se passava nessas reuniões. Aí os trabalhadores começaram a movimentar-se e organizar-se para acabar com estes estado de coisas.»

CT — «Há uma coisa bastante importante a realçar: nesta fábrica há uma média de 70 por cento de mulheres e 30 por cento de homens, de idades que vão desde o 18,19 anos até aos 60 anos, e nos plenários são elas as mais combativas, elas levam até mais longe a luta contra o patronato, inclusivamente há mais trabalhadoras na Comissão de Luta do que homens. Há secções quase exclusiva-

mente constituídas por trabalhadores, caso da fição e acabamento e são trabalhadoras conscientes dos seus direitos e interesses».

De realçar que o tal Eládio Alvarez informava na extinta PIDE/DGS sobre as actividades dos seus próprios operários (íntima ligação entre o grande capital e aquele hediondo instrumento de repressão).

Aqui ficam algumas notas informativas da luta dos trabalhadores da Mondorel; verifiquemos se é ou não o capitalismo que está em causa quando a partir de Julho, altura em que as Comissões de Trabalhadores pediram a colaboração dos trabalhadores, que controlam a sua própria produção, começaram a aumentar a facturação: de 11 mil contos até Julho de 1975, passou a 14 mil em Setembro e em Outubro mais de mil contos. Neste momento, mesmo com falta de matéria-prima conseguem manter mais do que tinham conseguido com o patrão.

De realçar também que o Executivo do PS da Região Centro caluniou de tal maneira a luta dos trabalhadores da Mondorel que alguns elementos da CT foram obrigados a deslocarem-se à respectiva sede na qual, após diálogo, um elemento do PS, deputado à Assembleia Constituinte, de nome Romero, agrediu com um copo de iogurte um dos trabalhadores de nome Marque, que por sinal até militantes do PS. Estas palavras não exigem comentários.

EM RESPOSTA A V. LOURENÇO

Continuação da pág. 4

E já agora, pergunto eu, onde estava então a voz melodiosa do «porta-voz» do Conselho da Revolução? Porque não denunciou ele ao povo português esses factos? Por uma razão muito simples: porque o sr. Vasco Lourenço não era (nem é) do Povo! Eu e os meus camaradas do RPM sabemos muito bem que o sr. Vasco Lourenço até se «babava» quando ouvia falar do RPM! É que aqui não afeiri qualquer voto de qualquer militar para o «seu» «Documento dos Nove!» É que no RPM não se apoiava coisa alguma que fosse de encontro aos explorados.

Ficou radiante o dr. brigadeiro Vasco Lourenço quando viu os «briosos» militares da «Polícia do Exército!» Que pinta! Cabelo cortado, botas engraxadas, etc, etc. «Se quereis dar o exemplo tornai-vos os melhores» — disse-lhes ele. Sim poderão ser os melhores repressores do povo português!

Só falta o feriado nacional para a vitória ao PE.

Não tenhais ilusões, camponeses, operários e militares! Ireis ser espezinhados por esses lacaios da burguesia. O vosso dinheiro, ganho com muitas horas de suor e exploração, será para pagar aos «Mercenários». Será para pagar o material adquirido por mais esta máquina de repressão (pistolas capacetes, bastões, etc).

Vós, soldados, em especial, ireis sentir na carne a força embrutecida dos PE. Não vos é difícil confirmar se são ou não mercenários (alta idade para o serviço militar e o «crachã» das comissões cumpridas colocado «orgulhosamente» no braço!).

Contra a força repressiva deles, avance com a nossa força de unidade revolucionária!

A luta continua!

Avante com a insurreição armada! Camponeses, operários, soldados e marinheiros — unidos para a conquista da revolução socialista!



CASA HIPÓLITO obrigar o patrão a pagar os aumentos

Sem que nenhum partido ou sindicato lhes indicasse o caminho a seguir, os 1300 trabalhadores da casa Hipólito, em Torres Vedras, entraram no passado dia 25 em paralisação, mostrando assim a sua disposição em obrigar a entidade patronal a reconhecer a portaria (já oficialmente aprovada) que regulamenta o aumento de salários desta empresa.

A Casa Hipólito é um importante firma de Torres Vedras conhecida por todos os que habitam naquela região. Apesar da empresa estar dividida em três secções, (secção A — Material de queima, pulverizadores, lanternas, fogões, petromax; secção B — material vitivinícola, debulhadoras, prensas, máquinas de engarrafar, armazéns), a greve foi total: iniciada às 10 da manhã na secção B, a paralisação alastrou durante o resto do dia à secção A e aos armazéns.

De acordo com os trabalhadores da Casa Hipólito com quem conversámos, após a realização de um plenário na quinta-feira, dia 26, e face ao apoio obtido junto dos elementos do sindicato a entidade patronal viu-se obrigada a reconhecer a legalidade da portaria, embora afirme não ter dinheiro para pagar o aumento de salários. De notar que um dos patrões da Casa Hipólito alegando «doença» se ausentou do País após o 11 de Março, tendo regressado, como tantos outros patrões, por alturas do 25 de

Novembro...

Apesar dos patrões afirmarem não dispôr de dinheiro para actualizar as tabelas salariais, a verdade é que esta portaria está já em vigor em diversas empresas metalúrgicas de Torres Vedras como é o caso da F. António Silva e da J. Pereira.

Por outro lado, diversos trabalhadores ligados à secção A, asseguraram-nos, que no caso concreto dos petromax o material não chega para as encomendas; assim, tendo encomendados 8000 petromax por mês, a

Casa Hipólito só está a fabricar 6000.

Já na secção B (onde é fabricado material vitivinícola) existem dificuldades e os trabalhadores disso estão conscientes: há poucas encomendas até porque a exportação baixou muito.

A ORGANIZAÇÃO E UNIDADE DOS TRABALHADORES

Neste momento os 1300 trabalhadores da Casa Hipólito têm uma Comissão Unitária de Trabalhadores (CUT), com cerca de 40 elementos, a qual, por sua vez, tem uma Comissão Executiva formada por 7 elementos.

Um dos problemas com quem festaram os camaradas com quem conversámos tem origem na existência de mais de 10 sindicatos em toda a empresa, o que, naturalmente, dispersa os trabalhadores e em nada ajuda à organização da classe.

Embora a maioria dos trabalhado-

res se encontre dependente do Sindicato dos Metalúrgicos, a verdade é que muitos são os que estão divididos pelos sindicatos dos Electricistas, Caixeiros, Escritórios, Motoristas, etc.

A este respeito é absolutamente indispensável que os camaradas da Casa Hipólito funcionem em tomo de uma estrutura que, sendo democraticamente eleita e revogável a todo o momento, assegure a unidade dos trabalhadores face ao seu inimigo — o capitalismo, e o seu representante na fábrica, o patrão.

Na verdade, e até porque ainda não foi conseguido o objectivo de luta, os trabalhadores têm de permanecer unidos.

Com efeito, que interessa que o patrão reconheça a portaria, se afirma não ter dinheiro para aumentar os salários?

Só a unidade revolucionária dos trabalhadores da Casa Hipólito, independentemente das simpatias partidárias de quem quer que seja, pode assegurar a vitória pretendida.

PHILIPS — MAIS UM CASO DE DIVISÃO DOS TRABALHADORES

A Philips é uma multinacional por acções anónimas, sendo a maioria do capital holandês. Em Portugal teve ramificações no Porto, Ovar, Faro e Lisboa, Carnaxide, contando com um total de cerca de 2000 trabalhadores.

O «Revolução» deslocou-se a Carnaxide (divisão industrial e serviços técnicos e armazéns) falando com alguns trabalhadores sobre um conflito ocorrido no passado dia 2.

Estava em causa haver ou não haver feriado na terça-feira de Carnaval. A Comissão de trabalhadores, sentindo a necessidade da discussão do assunto, convocou um plenário para o dia 1, tendo ficado aí decidido por maioria o NÃO ao trabalho. Dado que idênticos plenários se estavam a realizar na mesma altura nos outros locais do País, a decisão final do Não ao trabalho foi lida através da instalação sonora dez minutos antes da saída. Contudo momentos depois a Direcção faz sair pela mesma via um comunicado onde se afirma que dia 2, terça-feira de Carnaval, é um dia normal de trabalho. É clara a intenção da Direcção de lançar a confusão e divisão entre os trabalhadores dado que o adiantado da hora já não permitia qualquer discussão.

No dia 2, e indo contra a decisão tomada democraticamente pelos trabalhadores em plenário, uma minoria

compareceu ao trabalho. Sobre isto, falámos com uma trabalhadora que nos afirmou:

— Nos vimos trabalhar porque nos compete trabalhar. O Governo não nos deu o dia e nós decidimos trabalhar.

— Mas no plenário de trabalhadores ficou decidido não trabalhar, e que a minoria se submeteria à maioria — observámos.

— A Comissão decidiu não trabalhar mas a Direcção decidiu trabalhar, e nós viemos.

— Mas portanto não cumpriram a decisão do plenário.

— Isso é uma questão de pensamento próprio. Cada qual sabe de si e Deus sabe de todos, como se costuma dizer.

Ouvimos em seguida o Directo-adjunto que nos disse:

— As pessoas que vieram trabalhar sentiram um bocado o problema económico.

— Mas a maioria dos que vieram trabalhar eram encarregados e pessoas mais bem remuneradas, observámos.

— Bem... a maioria talvez não... digamos, houve de facto alguns encarregados e realmente na escala hierárquica são os mais bem remunerados.

Segundo conseguimos constatar pelos dados fornecidos por trabalha-

dores que faziam o controlo das presenças na empresa, na divisão industrial compareceram mais de metade do pessoal administrativo, chefes e encarregados, o que corresponde ao pessoal melhor remunerado. Não é de espantar, portanto, que os empregados mais bem pagos tenham boicotado a decisão dos trabalhadores. Ficar bem visto aos olhos dos patrões é coisa que interessa a qualquer vendido lambe-botas.

Contudo, alguns operários (sobretudo pessoal feminino) contrariaram frontalmente a decisão tomada no plenário do dia anterior. Dos 315 operários da divisão industrial compareceram ao trabalho cerca de 10 por

cento. E aqui já não se pode falar de vendilhões lambe-botas porque estes trabalhadores são tão explorados como os que cumpriram a decisão do plenário. Mas no entanto não deixam de ser responsáveis pela divisão que se verificou na classe.

Uma das armas dos trabalhadores na luta contra a exploração social é a sua unidade em torno de objectivos concretos. E sobretudo no momento político que atravessamos a divisão da classe trabalhadora pode ser fatal face ao avanço do fascismo. Nos locais de trabalho é necessária a organização revolucionária dos trabalhadores para a tomada do poder, única forma de deter a ofensiva fascista.

AUTO-RECONSTRUTORA DO BARREIRO

Continuação da pág. 8

1.º OPERÁRIO — Nós consideramos que a empresa a funcionar normalmente e sem sofrer boicotes de qualquer ordem, poderemos assegurar a continuidade do trabalho porém, há toda uma série de factores na legislação, em que as leis estão feitas de molde a proporcionar para que em qualquer momento, o Governo possa impedir a presença do patrão. Agora existe mais um decreto em que o Governo pode alegar que a empresa não dá rentabilidade e podem pura e sim-

plesmente decretar a falência. Claro que se isso acontecer nós vamos nos opor de certeza e as consequências serão imprevisíveis.

REVOLUÇÃO — Querem acrescentar mais alguma coisa?

1.º OPERÁRIO — Consideramos a importância e a necessidade de que as empresas nas mesmas condições se unissem e organizassem de maneira a evitar o regresso dos patrões, seja em que empresa e em que condições for.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

A abertura do período eleitoral vai ser como a abertura da caça. Nesse mesmo momento sairão desenfreados os vários caçadores, atirando a torto, e a direito e caçando os pobres coelhos, que são os trabalhadores portugueses que estiverem desprevenidos. E nada dessa caçada terá a ver com os interesses do proletariado, com os interesses daqueles de quem o poder, de há dois anos para cá, não se cansa de falar e não se cansa de enganar:

Entretanto já se pode ver a primeira «partida» dos partidos governamentais: marcaram uma data limite para entrega das listas que faz com que os chamados partidos pequenos andem aí esfalfados a elaborar listas com a respectiva documentação.

Calculamos como vai ser a venda da banha da cobra no período eleitoral. As manobras, os jogos, já começaram. Todos falarão em nome dos trabalhadores e para os trabalhadores, mas os únicos interesses que defendem são os do seu partido, cada qual ansioso por ser maior e mais poderoso.

E assim ficaremos com uma Assembleia Legislativa, que deverá ter uma boa maioria de direita fascista ou fascizante (C. D. S. e P. P. D.) e um P. S. com posições cada vez mais de direita, para segurar o eleitorado e para se segurar como partido governamental numa situação que se torna fascista. O porque desta votação de direita é a orgiada dos votos. As eleições não correspondem a um plebiscito do proletariado que está nas fábricas. Quem vota é esse proletariado e é também cada elemento da sua família, pessoas votadas a situações de falta de esclarecimento e de afastamento dos locais de trabalho. Sessenta por cento do eleitorado serão as mulheres, que por razões económicas sociais e políticas se encontram num estado (que esta sociedade procura conservar) que as leva a votar à direita na sua maioria. Votam os emigrantes e votam os retornados. Votam os camponeses do centro e do norte, analfabetos, desconhecendo tudo da política e pressionados pelos caciques locais. Dizer-nos-ão: mas as mulheres, os emigrantes, os camponeses não tem direito de votar? O que eles tinham direito não era a dispor de um quadrado de papel onde fazem uma cruz ao sabor de motivos que nada tem a ver com os seus interesses. Tinham direito era de viver em condições económicas e sociais que lhes permitissem, em cada local de trabalho ou de habitação, fazer assembleias, discutir, decidir. E nessas condições... votar. Votar os conselhos de aldeia, as comissões de trabalhadores, as comissões de moradores, os conselhos revolucionários e os delegados aos órgãos nacionais. Votar em quem conhecem e para as funções que sabem quais são e que podem controlar a todo o momento.

O resto é uma burla. Uma burla em que se embarcaram aqueles que acham importante uma voz a pregar no deserto de S. Bento.

O fascismo virá pela via eleitoral. Tentará impor-se explicando que o povo votou assim. Depois da profunda crise económica que se atravessa, o fascismo subirá ao poder pela via democrática, como aconteceu a Hitler. E em seguida fará e disporá

com o aparelho de Estado que entretanto vai criar. E a Polícia do Exército e o discurso de Vasco Lourenço nas suas inaugurações (enaltecendo as tradições do Regimento nas suas épocas fascistas e injuriando o «passado recente») mostrarão bem a cobertura que indivíduos de correntes como a dos «nove» podem dar a isso.

Mas esta evolução não vai ser fácil para a direita. Depois das legislativas continuará um Governo Provisório que vai ser, naturalmente, objecto dos maiores atropelos e factor de crise, uma vez que o P. P. D. vai querer disputar a hegemonia que o P. S. tem agora, baseado nos resultados eleitorais. E depois haverá as eleições presidenciais onde as coisas se complicarão bastante. As Forças Armadas não vão ter um candidato único, o que quer dizer que vão aparecer divididas, apoiando um, dois, tres ou quatro candidatos. Essa divisão das Forças Armadas corresponderá a posições diferentes em relação às classes com quem estão as várias facções, o

que desmentirá toda a neutralidade que os fazedores de exércitos burgueses andam para aí a pregar. O debate em volta das presidenciais conduzirá a uma radicalização que pode por os portugueses em pé de guerra, ou seja a burguesia dum lado e o proletariado do outro. Essa é a guerra que se tem de fazer mais tarde ou mais cedo.

Para tal é necessário que os trabalhadores se empenhem desde já em desmascarar as eleições legislativas e que em vez de campanha eleitoral façam lutas ao redor dos contratos colectivos de trabalho e doutrinas reivindicatórias. É necessário que os trabalhadores mais mal pagos — dos têxteis, do calçado, da construção civil, das indústrias alimentares — se unam e lutem para acabar com a miséria. É necessário que os revolucionários lutem contra a propaganda dos partidos governamentais, dos partidos pagos por potências estrangeiras, fazendo a propaganda revolucionária, a propaganda militante anti-eleitoral.



QUEM SUBSTITUIRÁ RAMALHO EANES NO ESTADO-MAIOR

A candidatura de Ramalho Eanes para a Presidência é já uma realidade. Desse modo uma certa direita procurou não dividir os seus votos, recolhendo pois um apoio que vai desde o PS à extrema-direita. Isto, se não surgir qualquer novo candidato mais à direita, ou se as posições mais extremadas do Conselho da Revolução (veja-se declarações de Moraes e Silva) não puserem em causa este candidato do equilíbrio de direita.

Mas entretanto um problema se põe ao Poder: quem vai substituir Ramalho Eanes como chefe do Estado-Maior do Exército? Para essa substituição fala-se de nomes por de mais conhecidos: Melo Egidio e Firmino Miguel. O primeiro foi o chefe do AMI, o segundo fez parte dos «cérebros» do 25 de Novembro, foi sempre homem de confiança de Spínola e... é um dos nomes negros da invasão de Conakry.

COMO VAI SER A POLÍCIA DE CHOQUE

Tal como temos noticiado a companhia de intervenção da PSP (Polícia de choque) vai estabelecer-se nas antigas instalações do Regimento de Cavalaria 7). Só de Lisboa irão para lá 700 ou 800 homens, que receberão um prémio de 2.500\$00 mensais, além do ordenado. A companhia será equipada com camuflados, helicópteros e chaimites.

COMBINATAS ELEITORAIS

Por mais que o PC queira atrelar o PS na jogatana eleitoral, ele fuge-lhe que nem uma enguia. Não podendo perder o eleitorado de direita que tão cuidadosamente tem cultivado, o PS não se quer comprometer com o PC seja no que for. E daí o facto de pôr a recato de convívios duvidosos a Juventude Socialista e suspender a célula da UTIC, que colaborou na expulsão de Arnaldo de Matos da empresa. Mas entretanto sabe-se que o directório do P.P.D. acusa o Secretariado do Partido Socialista de andar a fazer combinatas com o CDS. Como podemos deduzir estas combinatas destinam-se a tramar o P.P.D., inimigo de um pela direita e de outro pela esquerda. Mas no jogo eleitoral vale tudo... é como no rãguebi. Só que neste caso ganha sempre uma equipa da direita.